



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULA CRISTINA FERREIRA LEMES

A ARQUITETURA ESCOLAR DE RAMOS DE AZEVEDO:
ESTUDO DO INSTITUTO PROFISSIONAL BENTO QUIRINO
(1914-1967)

PAULA CRISTINA FERREIRA LEMES

A ARQUITETURA ESCOLAR DE RAMOS DE AZEVEDO:
ESTUDO DO INSTITUTO PROFISSIONAL BENTO QUIRINO
(1914-1967)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO,
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE 'LICENCIADO EM PEDAGOGIA'

ORIENTADORA: PROF^a DR^a MARIA DO CARMO MARTINS

CAMPINAS
2010

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

L543a

Lemes, Paula Cristina Ferreira.

A Arquitetura Escolar de Ramos de Azevedo: Estudo do Instituto Profissional Bento Quirino (1914-1967) / Paula Cristina Ferreira Lemes. – Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientadora: Maria do Carmo Martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Azevedo, Francisco de Paula Ramos de, 1851-1928. 2. Colégio Técnico de Campinas. 3. Instituto Profissional Bento Quirino. 4. Arquitetura escolar. 5. Educação profissional I. Martins, Maria do Carmo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

10-307-BFE

DEDICO ESTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
AOS MEUS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
E MÉDIO QUE CONTRIBUÍRAM PARA A MINHA FORMAÇÃO
ESCOLAR E QUE POSSIBILITARAM O MEU CRESCIMENTO
PESSOAL E INTELECTUAL.

‘Embora ninguém possa voltar atrás e
fazer um novo começo, qualquer um pode
começar agora e fazer um novo fim’

FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER

AGRADECIMENTOS

À minha família que sempre me conscientizou da importância da educação para o crescimento pessoal e intelectual.

À Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Martins que muito além de me orientar, instigou meu instinto pela pesquisa e pelo conhecimento acadêmico.

À Neire e Telma do SIARQ e à Aline e Denise do CMU que possibilitaram o meu acesso à fontes importantes de pesquisa e que sem as quais este trabalho não seria possível.

À Eneida da FAU-USP que me forneceu importantes fontes bibliográficas sobre arquitetura.

Ao diretor e à vice-diretora do COTUCA, Celso Akira Nishibe e Teresa Celina Meloni Rosa, que possibilitaram o meu acesso ao edifício.

Ao professor Américo Villela da Escola Técnica Bento Quirino e ao Nelson Bolzani, professor aposentado do COTUCA, que trouxeram informações importantes sobre a história do Instituto Profissional Bento Quirino.

Às funcionárias do Centro de Ciências, Letras e Artes – Museu Carlos Gomes que forneceram as fontes necessárias ao início da minha pesquisa.

À todas as pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu agradecimento.

RESUMO

A arquitetura escolar da Primeira República é marcada pelo ideal da escola como templo do saber. Na busca da universalização do ensino e da modernidade, a arquitetura escolar republicana possui um aspecto marcante: a monumentalidade dos edifícios escolares. Principal arquiteto dos projetos arquitetônicos escolares republicanos, Francisco de Paula Ramos de Azevedo trouxe com sua estética eclética um novo conceito de edifício escolar, projetado para racionalizar os espaços e proporcionar um ambiente adequado ao ensino.

O Instituto Profissional Bento Quirino é o último projeto de escola pública do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo e, talvez pelo seu forte laço afetivo com a cidade de Campinas, construiu um edifício monumental, eternizando sua marca. O Instituto Profissional Bento Quirino surge através da doação do cidadão campineiro Bento Quirino, que em seu testamento reafirmou sua preocupação com a cidade deixando várias doações à instituições de caridade e mil contos de réis para a construção de um instituto de ensino profissional masculino em Campinas.

Este trabalho mostra aspectos marcantes arquitetura escolar de Ramos de Azevedo através do estudo do Instituto Profissional Bento Quirino.

Palavras-chave: Instituto Profissional Bento Quirino, Ramos de Azevedo, Arquitetura Escolar, Ensino Profissional, Colégio Técnico da UNICAMP (COTUCA) e Escolas de Campinas.

LISTA DE SIGLAS

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

CMU – Centro de Memória da Unicamp

SIARQ – Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

COTUCA – Colégio Técnico da UNICAMP

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ramos de Azevedo em seu escritório	14
Figura 2	Inauguração do momento à Ramos de Azevedo	18
Figura 3	Visão Parcial do edifício Profissional Bento Quirino	19
Figura 4	Retrato de Bento Quirino dos Santos	25
Figura 5	Trecho do testamento de Bento Quirino dos Santos.	26
Figura 6	Trecho do testamento de Bento Quirino dos Santos.	27
Figura 7	Construção do Instituto Profissional Bento Quirino	29
Figura 8	Planta da fachada do prédio principal	32
Figura 9	Projeto do Salão	33
Figura 10	Projeto do Forro do Salão	33
Figura 11	Escola Profissional “Bento Quirino”	35
Figura 12	Primeiro Grupo Escolar	41
Figura 13	Visão Parcial da Fachada do Edifício Principal	43
Figura 14	Visão parcial do hall de entrada	46
Figura 15	Visão parcial do hall de entrada	47
Figura 16	Visão parcial do hall da escadaria	48
Figura 17	Visão parcial da escadaria secundária	49
Figura 18	Visão parcial do corredor de circulação	50
Figura 19	Piso utilizado no pavimento térreo	51
Figura 20	Piso utilizado no pavimento térreo	52
Figura 21	Visão do hall da escadaria principal no pavimento superior	53
Figura 22	Visão parcial do guarda-corpos na escadaria principal	54
Figura 23	Corredor de circulação do pavimento superior	55
Figura 24	Detalhe do piso em madeira do pavimento superior	56
Figura 25	Visão parcial da escada secundária	57
Figura 26	Visão parcial do Edifício das Oficinas	58
Figura 27	Visão da Fachada do edifício Principal	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparativo entre o número de engenhos e as fazendas de café em Campinas entre 1851 e 1860.	21
Tabela 2	Orçamento do mobiliário encomendado pelo escritório de Ramos de Azevedo.	34

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – O Projeto Educacional Republicano em São Paulo	5
Capítulo 2 – O Engenheiro-Arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo	14
Capítulo 3 – O Instituto Profissional Bento Quirino	19
3.1 – O início da industrialização em Campinas	19
3.2 – O surgimento do Instituto	24
3.3 – A construção do edifício	29
3.4 – As dificuldades dos primeiros anos e as mudanças posteriores	36
3.5 – A arquitetura escolar	39
Capítulo 4 – Levantamento Fotográfico	45
Considerações Finais	60
Anexos	62
Bibliografia	66

A ARQUITETURA ESCOLAR DE RAMOS DE AZEVEDO:

ESTUDO DO INSTITUTO EDUCACIONAL BENTO QUIRINO (1914-1967)

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso derivou do projeto de pesquisa ‘As Escolas Campineiras da Primeira República: a arquitetura escolar de Ramos de Azevedo relacionada as ideias pedagógicas republicanas’.

O objetivo principal deste TCC é buscar mostrar como a arquitetura escolar campineira do início do século XX de autoria do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo pode ser vista como um reflexo do momento histórico, social e político que a República trouxe ao país. Além disso, ela pode ser uma fonte de análise sobre como o governo republicano priorizava a educação. O período estudado compreende desde a doação em testamento feita por Bento Quirino dos Santos para construção de um Instituto Profissional em Campinas (1914) até a implantação do Colégio Técnico da Unicamp no edifício (1967).

Campinas entre o final do século XIX e início do XX era fortemente influenciada pela agricultura cafeeira. Neste período teve início o processo de urbanização da cidade, cujo principal responsável foi Ramos de Azevedo. Dentro deste processo estavam obras de calçamento, arruamento, saneamento e embelezamento da cidade através da construção de edifícios bem projetados e ornamentados. Campinas era o principal pólo produtor de café do Estado de São Paulo e era conhecida como Capital Agrícola da Província do Estado de São Paulo, pois abrangia a produção, o transporte, a comercialização, os serviços financeiros, além de inúmeras atividades correlatas. A elite campineira, formada principalmente pelos cafeicultores, queria que a urbanização refletisse o crescimento econômico.

Todas estas obras contribuíram para o novo modelo urbanístico da cidade. Como este trabalho se refere à arquitetura escolar, o edifício do Instituto Educacional Bento Quirino, atual Colégio Técnico da Unicamp, COTUCA, foi escolhido para este estudo.

Para realizar este trabalho foi preciso situar no momento histórico a construção do prédio, que ocorreu durante a Primeira República. Houve a necessidade de realizar uma revisão bibliográfica voltada à temas específicos, tais como: o surgimento e a ideologia política da Primeira República, a vida e as obras de Ramos de Azevedo, a formação histórica da cidade de Campinas, as características da arquitetura escolar republicana, entre outros. A revisão bibliográfica se deu pela busca de fontes sugeridas pela orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Martins, e por outros livros relacionados ao tema encontrados em sebos, bibliotecas e livrarias.

Durante o processo de pesquisa verificou-se a dificuldade de encontrar referências bibliográficas produzidas sobre a escola e, nesse sentido, a monografia representa um ensaio sobre a idealização e construção do Instituto Profissional Bento Quirino. Portanto, boa parte do tempo disponibilizado para a pesquisa teve de ser direcionada à busca e à organização das informações sobre a escola (documentos oficiais, plantas arquitetônicas, fotografias, etc.) no Centro de Memória da Unicamp, no SIARQ e no Acervo Ramos de Azevedo, localizado na biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Buscou-se na análise de documentos a história da fundação do colégio. Nas plantas arquitetônicas do prédio e nas fotografias foram recolhidas informações necessárias à análise da arquitetura escolar proposta por Ramos de Azevedo.

Os documentos oficiais foram indicativos de como e porque surgiu a necessidade da construção de uma escola de ensino profissional na cidade. As plantas arquitetônicas e as fotografias serviram para a análise da arquitetura do edifício.

A pesquisa documental ocorreu pela análise de documentos oficiais originais arquivados no Centro de Memória da Unicamp e SIARQ. Além dessas, as fotografias foram outra fonte utilizada. Houve tanto o uso de fotografias antigas arquivadas no CMU quanto a produção de novas. As fotografias recentes foram registradas em um caderno de estudo de campo. O registro consistiu na anotação da data da foto, a atribuição de uma numeração, a resolução utilizada, tipo de iluminação e qual era a posição do fotógrafo em relação ao edifício.

Baseado na organização de fotografias feitas por LEITE e SIMSON (1999) foi feito um agrupamento das fotografias em séries e tipos. O material produzido foi organizado de modo a facilitar a análise das imagens. As fotografias foram agrupadas por assunto (pavimento térreo, pavimento superior, porão e vista externa) e por séries temáticas (corredor de circulação, cerâmicas, escadarias, fachadas, etc.) Para cada fotografia foi feita a análise do seu conteúdo de acordo com o objetivo deste projeto. Além disso, foram feitas fichas técnicas e de conteúdo para facilitar a escolha de quais fotografias seriam intercaladas com o texto buscando desencadear e justificar a argumentação.

Com base na afirmação de CAMPOS (1999) de que ‘a fotografia não seria só uma forma de reproduzir imagens, mas também uma forma de produzir conhecimento, pois está a todo tempo emitindo significados, intenções’, durante a análise de várias fotografias estudou-se se haveria no fotógrafo a intenção de transparecer a monumentalidade e grandiosidade do edifício. Esses enquadramentos intencionais poderiam ser símbolos de como a sociedade daquele momento histórico enxergava a educação. A escola pelos republicanos era tida como ‘templo’ do saber e que somente através do conhecimento o país se modernizaria, rompendo com o caráter monárquico e ultrapassado.

Esta análise detalhada das fotos indicou, por exemplo, que Ramos de Azevedo buscava em seus projetos escolares elementos arquitetônicos e de construção de modo a propiciar um ambiente adequado ao estudo e ao ensino. Dentre as principais características estão: o amplo espaço destinado à cada sala de aula, a maximização da iluminação e da ventilação, uso de alvenaria e a divisão do prédio em pavimentos. Ele, sendo condizente com os ideais republicanos que propunham a modernização do país, projetou os edifícios escolares com conceitos arquitetônicos modernos e salubres. A monumentalidade arquitetônica das suas escolas é uma expressão da educação republicana: esta escola monumento valorizava o ‘templo’ de ensino; era marca de civilidade e de modernidade.

A análise das plantas e das fotografias possibilitou visualizar como o Instituto Profissional Bento Quirino possuía todos os aspectos marcantes da arquitetura escolar concebida por Ramos de Azevedo.

A construção do texto do TCC dividiu-se em quatro capítulos. O primeiro, O Projeto Educacional Republicano em São Paulo, aborda o início da República no Brasil e os principais projetos e transformações ocorridos nos projetos educacionais, principalmente os paulistas. O segundo capítulo, O Engenheiro-Arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, traz uma breve biografia sobre sua vida privada e profissional onde é possível perceber seus laços com a cidade de Campinas. O terceiro capítulo: O Instituto Profissional Bento Quirino, apresenta o perfil histórico, econômico e social que contribuíram para a instalação de uma instituição para o ensino profissional em Campinas. São retratados os primeiros anos de existência do instituto até a transferência do edifício para o poder público. Além disso, os aspectos arquitetônicos são abordados. O quarto capítulo é composto pelo levantamento fotográfico produzido.

CAPÍTULO 1 – O PROJETO EDUCACIONAL REPUBLICANO EM SÃO PAULO.

A instalação da República no Brasil vinha se desenhando bem antes da Proclamação em 15 de novembro de 1889. Havia uma movimentação político social que desejava a queda do Império e a formação de um novo sistema de governo inspirado nos modelos estrangeiros. Um acontecimento marcante foi a Convenção de Itu que contou com a participação de vários personagens atuantes no movimento republicano, entre eles: Prudente de Moraes, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Bernardino José de Campos Júnior, Américo de Campos, Gustavo de Oliveira Godoy, Francisco Rangel Pestana, Manuel Ferraz de Campos Sales, Cesário Mota Júnior, José Vasconcelos de Almeida Prado, Antônio Francisco de Paula Sousa, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Manuel de Moraes Barros, José Luís Fláquer, Francisco de Paula Cruz, Inácio Mesquita, Francisco da Fonseca Pacheco, Antônio Carlos da Silva Teles, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Jorge Ludgero de Cerqueira Miranda e Francisco Xavier de Almeida Pires. Observa-se a presença de campineiros (Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Manuel Ferraz de Campos Sales, Antônio Francisco de Paula Souza, Antônio Carlos da Silva Telles), o que é um indício de como a cidade apoiava o movimento republicano e, após a instalação do novo regime, essa identificação como o mesmo determinou várias mudanças ocorridas na cidade.

Para o autor Marcus Levi Albino Bencostta (2005), houve várias justificativas para a implantação da República no Brasil, dentre elas destacam-se: a justificação racional do poder para legitimização do novo regime e a construção de uma nação pautada nos valores do mundo moderno. Este modelo proposto sofreu influência das experiências civilizatórias da Europa e dos Estados Unidos, as quais inspiraram os discursos pró República.

A autora Rosângela Gomes (2004) em sua monografia afirma, baseada em Jorge Nagle, que as estruturas de poder da Primeira República no Brasil ficaram nas mãos dos

‘coronéis’, sendo o coronelismo o formador da base destas estruturas. Originado na distribuição de postos honoríficos da Guarda Nacional, o sistema coronelista não foi interrompido com o advento do regime republicano, ao contrário, é continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atingiu um ponto mais alto com a chamada ‘política dos governadores’. A implantação do regime republicano não destruiu os latifúndios e os ‘clãs’ rurais, bases do sistema político coronelista (apud NAGLE, 1974: p.3).

Gomes (2004) afirma ainda que os integrantes de vários partidos políticos republicanos não buscavam a transformação do sistema vigente através de uma mudança nas bases sócio-econômicas, mas somente através de medidas políticas.

Com a República, vários setores da sociedade brasileira, além do sistema político vigente, iniciaram um processo de transformação. Na agricultura o processo de exportação da produção trouxe consigo o surgimento de uma sociedade semi-industrial, o que representa o surgimento da industrialização no Brasil. Uma nova classe burguesa passa a surgir e com ela uma alteração dos padrões sociais.

Sobre este aspecto, Rosângela Gomes (2004) diz que, segundo Nagle, a alteração no padrão de estratificação social pode ser verificada pelos seus resultados na esfera da educação escolar, principalmente na década dos vinte, o que chamou de ‘entusiasmo pela educação’, que supervalorizava o processo de escolarização e as tentativas de reformas do sistema educacional. Durante a primeira República tornou-se exacerbado o valor atribuído à instrução, ao ensino ou à escolarização. Estes passaram a ter um caráter regenerador, como veículos para a desejada reconstrução nacional, que tinha como obstáculo maior, aos olhos dos dirigentes, a incultura geral, principalmente a ignorância popular. Nessa linha de pensamento, o esforço em prol da escolarização se apresentou como o principal dever do regime político adotado no país.

Campinas neste período era uma cidade com forte influência da agricultura cafeeira. Os Barões de Café predominavam na cidade e suas idéias determinaram várias mudanças, desde o projeto de urbanização, saneamento e modernização. A educação também foi objeto de atuação dos produtores de café que queriam que seus filhos estudassem em escolas condizentes com o modelo republicano e com influência da educação européia.

Sobre a necessidade de um modelo de educação republicano, Rosa Maria de Fátima Souza (1998) argumenta que a educação brasileira no final do século XIX era tida como a vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. A educação no modelo republicano era vista como o ‘alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social’. A educação proposta era pautada no projeto liberal dos republicanos paulistas. Assim ‘a educação tornou-se estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social’. Ainda segundo a autora havia ‘a crença no poder redentor da educação que pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos’. A educação era relacionada à cidadania e à formação do cidadão. Ela seria capaz de dar as razões do atraso da sociedade brasileira e serviria como o elemento solucionador do mesmo através da valorização da ciência e da cultura letrada.

No final do século XIX houve a criação de um projeto civilizador onde a educação era uma necessidade social e política, já que o regime republicano é baseado no voto e para poder votar havia a necessidade do indivíduo ser alfabetizado. Surge assim a necessidade da educação popular para a manutenção do novo regime.

A educação, além do caráter higienista, era tida como a força motriz para trazer à nação os avanços nos setores: econômico, tecnológico, científico, social, político e moral, equiparando o Brasil às nações mais adiantadas.

Surge uma nova escola pública para implantar e fixar na sociedade os valores republicanos, consolidando o novo modelo político.

No estado de São Paulo a escola proposta pelos republicanos era inspirada nos países europeus e principalmente nos Estados Unidos. Visando a renovação do ensino surgiram várias escolas particulares confessionais e leigas direcionadas à formação das elites. Vários republicanos paulistas, como os campineiros Campos Sales e Francisco Glicério, atuaram na nova política educacional, sejam como alunos fundadores, diretores, professores e pais de alunos. Além das escolas particulares eles atuaram na implantação de iniciativas em prol da educação popular, que causou grande repercussão política e social na época. Os republicanos fizeram da educação popular um meio de propaganda dos ideais liberais republicanos e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira. (SOUZA, 1998).

Uma grande inovação foi o surgimento da escola graduada. Sobre isso, SOUZA (1998) diz que ‘a escola graduada torna-se o novo modelo de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico. O emprego do tempo tornou-se um aspecto relevante para a racionalização das atividades pedagógicas. Tratava-se de fixar a jornada escolar – início e término das aulas –, estabelecer cadências, ritmos, intervalos, descansos. Implicava os períodos de ocupação e descanso dos professores e alunos nos diversos momentos da aula e a fragmentação do saber em matérias, unidades, lições e exercícios, reforçando mais os aspectos que distinguiam uma matéria da outra do que daqueles que as aproximavam. Procedia-se, ainda, à hierarquização de cada matéria, de acordo com o espaço de tempo que lhe teria sido destinado’.

No estado de São Paulo, na década de 1890, surge a escola graduada de ensino primário, inspirada nas escolas norte-americanas, formada por uma variedade de aula, de classes, de alunos e de professores. Mas esta nova escola não foi amplamente discutida pelos

educadores, políticos e intelectuais, e questões como o financiamento, a obrigatoriedade e a expansão da escola graduada não tiveram a atenção que mereciam. Buscava-se a formação de uma escola que atendesse às necessidades da crescente urbanização e desenvolvimento econômico trazidos com a cultura cafeeira.

Em 1890 começou a ser discutida reforma do ensino pela reforma da Escola Normal. Dentre os projetos havia o da criação de escolas graduadas. Essa nova escola composta por várias salas de aula, necessitava de um projeto de construção. Segundo SOUZA (1998) em 1889 os professores públicos apresentaram ao governo um plano de reorganização do ensino popular onde constava que ‘as escolas do ensino primário funcionarão em um só prédio com vastas salas bem arejadas, pátios arborizados, museus escolares, bibliotecas populares, mobílias, etc’.

Até então as escolas paulistas eram criticadas por sua precariedade. Quando da discussão de projeto de lei que visava a reforma da instrução pública do Estado de São Paulo, o então deputado Gabriel Prestes, publicou no jornal O Estado de São Paulo uma série de 12 artigos intitulada ‘Ensino Público’. Nestes artigos ele dissertava sobre a reforma e concepção do ensino primário e defendia a criação das escolas graduadas. A crítica às condições precárias das escolas paulistas (falta de mobiliário, edifícios apropriados, etc.) também estava presente.

A necessidade de equipamentos adequados para o ensino era tema das discussões republicanas sobre a educação. BENCOSTTA (2005) disserta que ‘desde os primeiros anos da República, o debate entre os intelectuais, políticos e educadores paulistas fluía para um tipo de escola primaria que pretendia ser moderna e diferente daquela existente no Império: carente de edifícios, mobiliário e livros didáticos, precário em pessoal docente qualificado para o ensino de crianças e distante dos modernos métodos pedagógicos’. Desta forma

surgiram os grupos escolares que tinham como princípio um novo modelo de educação direcionada à toda população.

Para BENCOSTTA (2005) uma vez que a organização dos grupos escolares estabelecia a reunião de varias escolas primárias de uma determinada área em um único prédio, a administração pública entendeu ser um benefício financeiro aos seus cofres o fato de não ter que arcar com os aluguéis das diversas casas que abrigavam as escolas isoladas. Portanto, foi necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de constituir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso de moderna pedagogia.

A primeira reforma educacional do Estado de São Paulo, 1892, não contou com a criação das escolas graduadas. Essa reforma caracterizou, durante as primeiras décadas da república, o ensino público paulista. ‘O ensino primário passou a compreender dois cursos: o preliminar e o complementar. O curso preliminar, obrigatório para as crianças de 7 a 12 anos, deveria ser ministrado em escolas preliminares – regidas por professores normalistas, em escolas intermediárias regidas por professores habilitados, de acordo com o regulamento de 1869 e 1887, e em escolas provisórias, regidas por professores interinos examinados perante o inspetor do distrito. Consistiam em escolas unitárias onde um professor, às vezes auxiliado por um adjunto quando o número de alunos passava de 30, ministrava o ensino para crianças de diferentes graus de adiantamento. Estabelecia ainda as escolas ambulantes, destinadas aos lugares de pequena densidade populacional, e as escolas noturnas, para localidades com frequência provável de 30 adultos. O curso complementar, também com a duração de quatro anos, destinava-se inicialmente aos alunos habilitados no curso preliminar, e deveria ser ministrado em escolas complementares. Correspondia tanto à integralização do ensino primário às escolas de segundo grau previstas na reforma de 1890, equivalentes à *grammar*

school americana, quanto a uma instrução intermediária entre o curso elementar e a escola secundária' (SOUZA, 1998).

O projeto de uma escola graduada continuou a ser debatido, mesmo após a primeira reforma de 1892. Em 1893, Gabriel Prestes, durante a defesa de outro projeto de lei complementar a reforma da instrução pública, voltou a insistir na implantação das escolas graduadas. Dentre os seus argumentos estavam a quantidade de trabalho do professor e as necessidades dos centros populosos. Ele citou as escolas centrais européias como exemplo de melhor distribuição do trabalho escolar, pois, em edifícios apropriados, existiam numerosos professores, o que concentrava e permitia a fiscalização do ensino em um só lugar, trazendo vantagens econômicas e pedagógicas. A criação das escolas centrais foi demonstrada como questão simples de reunião em um só prédio das escolas já existentes em um local.

A escola graduada foi então instaurada. Com a criação das escolas graduadas houve a hierarquização do poder, pois até então ele era centralizado no professor. 'A implantação da escola graduada implicou um duplo processo de redistribuição do poder na organização escolar. Externamente, tomou melhor forma o serviço de inspeção escolar, condicionando o funcionamento dos grupos escolares. Internamente, a redistribuição do poder implicou o estabelecimento de papéis e regulamentação da vida cotidiana dos diferentes grupos ali existentes: diretor, professores, alunos, serventes, porteiro. O diretor constituiu um novo centro de poder que se interpunha entre os professores e inspetores entre estes e o pessoal administrativo. A hierarquia submetia rigidamente, em uma rede de cumprimento de deveres e obediência, diretor-professores-alunos; de outra parte, diretor-porteiro-serventes. Pais e comunidade foram excluídos, inicialmente, da participação na gestão do grupo escolar' (SOUZA, 1998). Visualiza-se que o diretor detinha o poder dentro da escola e todos os outros membros lhe deviam obediência. Até mesmo a disposição da sala do diretor dentro da escola pode ser um símbolo do poder. No Instituto Profissional Bento Quirino, a direção da escola

estava localizada no segundo e último pavimento da escola, dividindo o andar com o salão nobre.

Percebe-se que a criação dos grupos escolares é uma das características do projeto republicano de modernização da sociedade e civilização das massas. Sobre estas características e suas implicações, SOUZA (1998) afirma que ao ‘criar uma escola mais racionalizada e padronizada, atendeu-se às necessidades de um projeto de integração social e política, julgado fundamental para a consolidação da República.

A escola graduada, síntese dos esforços despendidos durante o século XIX para a constituição de uma organização pedagógica racional para a escola pública, tornou realidade a inovação mais significativa e duradoura efetiva pelos reformadores do ensino paulista nos primórdios da República. O edifício-escola, reunindo várias salas e vários professores, compreendeu um engenho fabuloso para o ensino simultâneo e a escolarização em massa. A organização pedagógica com base na classificação dos alunos por grau de adiantamento, no estabelecimento de programas de ensino e no controle do tempo e dos espaços escolares ofereceu as características formais e estruturantes da escola graduada, dispositivos de racionalização consentâneos às políticas de controle e de eficiência escolar. Da mesma forma, a divisão do trabalho docente e a distribuição do poder dentro da escola mediante o estabelecimento de hierarquias de competências entre inspetor, diretos, professor, funcionários e alunos, condicionaram a estrutura e o funcionamento destas novas instituições educativas’ (SOUZA, 1998).

Esta nova sociedade republicana que começava a se modelar, baseada na indústria, necessitava de mão de obra qualificada. Surge aí o ensino profissional e um de seus estabelecimentos de ensino mais tradicionais e que serviu de exemplo de ensino técnico em várias outras escolas, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

A disseminação do ensino profissional é visto de duas maneiras: a primeira argumenta que este modelo de ensino, que aliava a teoria e prática, colocou o país dentro do processo de modernização, rompendo com o estudo pouco prático. A segunda linha de argumentação, defendida por Jorge Nagle, enfoca a formação de uma educação de elite e de outra para o povo.

CAPÍTULO 2 – O ENGENHEIRO–ARQUITETO FRANCISCO DE PAULA RAMOS DE AZEVEDO.



Figura 1: Ramos de Azevedo em seu escritório. Fonte: *Acervo Ramos de Azevedo*. FAU-USP.

No final do século XIX, Campinas era o principal pólo produtor de café do Estado de São Paulo e era conhecida como Capital Agrícola da Província do Estado de São Paulo, pois abrangia a produção, o transporte, a comercialização, os serviços financeiros, além de inúmeras atividades correlatas. A elite campineira, formada principalmente pelos cafeicultores, queria que a urbanização refletisse o crescimento econômico através do embelezamento e saneamento urbano. O principal responsável pela mudança arquitetônica da cidade foi o engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (MONTEIRO, 2002).

Ramos de Azevedo possuía várias relações com a cidade. Era filho primogênito de pais campineiros: o Major João Martins de Azevedo, proprietário de uma loja de aviamentos tendo sido major comandante do esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional, e dona Ana Carolina. Próximo ao período de seu nascimento a família viajou para São Paulo devido à enfermidade da irmã da Sra. Azevedo. Assim, Francisco de Paula acabou nascendo por acaso naquela cidade em 08 de dezembro de 1851. Orgulhava-se de ser de família do interior paulista, não confessando sua origem paulistana.

Após ter concluído os estudos em Campinas, Ramos ingressou na Academia Militar do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Ele desistiu na carreira militar porque, talvez, segundo Carlos Lemos, com o término da Guerra do Paraguai vários ex-combatentes subiram na carreira militar pelos postos obtidos pela participação na guerra (FAERMAN, 1998).

Sua primeira experiência na área de construção foi em Campinas quando começou a trabalhar sem remuneração na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Esta experiência resultou na sua ida à Europa, onde se formou engenheiro-arquiteto em 1879.

Os estudos de arquitetura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo ocorreram entre 1875 a 1878 na Bélgica, mais precisamente na cidade de Gand. Nesta época a arquitetura europeia era caracterizada pelo academicismo clássico, o neogótico e o renascimento flamengo. Tais tendências arquitetônicas eram observadas em edifícios públicos e privados de Gand. Naquele período o arquiteto oficial da cidade era Adolphe Pauli (1820-1895), o qual influenciou Ramos de Azevedo. Pauli demonstra em suas obras uma preocupação com os ‘aspectos técnicos e construtivos, distributivos, de higiene e saneamento, com as questões de conforto e bem-estar, estilísticas e formais. Seus edifícios apresentam as formas do classicismo tardio, na sua maioria, mas eventualmente também do neogótico’ (CARVALHO, 1998).

Ramos de Azevedo cursou a Escola de Engenharia e a Academia de Belas Artes, esta última em complemento à primeira. ‘Em conformidade ao programa da Escola de Engenharia, Ramos de Azevedo realizou o curso preparatório no ano escolar 1875/76, com início no mês de outubro. Na Escola de Engenharia as disciplinas cursadas foram: Língua Francesa, Cálculo Diferencial e Integral, Mecânica, Geometria Descritiva, Estereotomia, Arquitetura e Física. Em seguida, prestou o exame para admissão no Curso Especial de Engenharia e Arquitetura, com duração de dois anos, que frequentou até formar-se com grande distinção em 1878, tendo cursado as disciplinas: Construção – Descrição e

Estabilidade, Máquinas, Física Industrial, Arquitetura Civil, História da Arquitetura, Tecnologia das Profissões Elementares Projeto de Arquitetura.

Em 1879, aos 28 anos de idade, Ramos de Azevedo retornou ao Brasil e se estabeleceu em Campinas. Durante sete anos projetou várias obras na cidade, em outras cidades do interior e na capital. Neste período tornou-se conhecido por sua competência e erudição. Várias obras importantes foram realizadas dentre as quais: projeto da Escola Ferreira Penteado (1880), Matadouro Municipal de Campinas (1885), um projeto de chalé desmontável em madeira durante uma exposição agropecuária em 1885, Escola do Povo, Matriz Nova (1883 - atual Catedral Metropolitana de Campinas), Bosque dos Jequitibás, Capela São Benedito e Circolo Italiani Uniti.

Após 1886, Ramos de Azevedo fixou-se em São Paulo, mas ainda projetou várias obras em Campinas, como: Paço Municipal (1896), a Cadeia Nova (atual Delegacia Seccional de Polícia), o Primeiro Grupo Escolar (atual Escola Francisco Glicério), o Cemitério Fundação (atual Cemitério da Saudade), o Mercado Municipal, a Escola Bento Quirino (atual Cotuca), o Monumento à Carlos Gomes e a Herma à Cezar Bierrenbach.

Já em São Paulo ele projetou várias obras públicas e privadas. Foi convidado pelo então Presidente da Província, o Barão de Parnaíba, para construir a sede do Tesouro Nacional (1886-1891). Após esta obra pública, várias outras se sucederam na Capital, como: Quartel de Polícia (1888), Escola Normal (1890-94), Jardim de Infância (inaugurado em 1896), sede da Secretaria da Agricultura (inaugurada em 1896), Escola Prudente de Moraes (1893-95), Hospital Militar (iniciado em 1893), Laboratórios Gerais da Escola Politécnica (em construção em 1895), Liceu de Artes e Ofícios (1897-1900), Escola Modelo do Brás (em construção em 1898), Hospital Psiquiátrico do Juqueri (inaugurado em 1899) e o Teatro Municipal de São Paulo (1903-1911).

Dentre as obras privadas destacam-se os palacetes: o de sua própria residência (localizada na Rua Pirapitingui, 111, na Liberdade em São Paulo) com as casas geminadas de suas filhas, a residência da Viscondessa de Parnaíba, a residência de Cândido de Moraes, a residência de Cardoso de Almeida (Alameda Santos, 2326), a residência de Paes de Barros, entre outras.

Segundo CARVALHO (1998, p.17) os projetos escolares de Ramos de Azevedo possuíam as seguintes características: ‘nos edifícios isolados de escolas sempre esteve presente a meta de criar o espaço adequado ao ensino e ao aprendizado, resguardando condições ideais tais como as dimensões mais apropriadas para as salas de aula; sua melhor iluminação e ventilação; materiais de acabamento mais convenientes; sistema de distribuição de salas e de circulação, conformando o edifício e o número de pavimentos. As escolas do Brás e da Luz (em São Paulo), a Escola Francisco Glicério (em Campinas) e a escola de Itapetininga – entre outras – mostram a propriedade que a monumentalidade arquitetônica, aqui, tem vários papéis a desempenhar. Dentre os principais, valorizar o ‘templo’ do ensino, criar a moldura para uma atividade adequada ao espírito do tempo e enriquecer o espaço urbano com um dos signos da civilidade’.

O que diferencia as obras do arquiteto Ramos de Azevedo dos seus contemporâneos é ‘ (...) a existência de um princípio norteador a dar coerência e unidade ao conjunto da obra. Construtivamente, seus edifícios utilizam a alvenaria de tijolos armada. A organização dos espaços será arranjada de acordo com o programa em pauta, atribuindo-se importância ao estabelecimento de áreas afins e sua separação, funcionamento e articulação. São levadas em consideração, sempre, as técnicas e procedimentos mais avançados dentro da finalidade do edifício que está sendo projetado. Se o edifício for público ou institucional, a feição guarda, invariavelmente, os traços da arquitetura clássica, em versões que variam entre as contidas e austeras até aquelas mais livres e exuberantes, a depender da sua finalidade, respeitados

cânones tais como os da simetria, harmonia, decoro, uso de ‘ordens’ e modenatura. Quando se trata de um edifício residencial o arquiteto atua com maior liberdade formal e estilística, guardando, porém, profunda atenção para os aspectos do conforto, salubridade, iluminação, zoneamento das áreas e distribuição das peças’ (CARVALHO, 1998, p.09).

Além da profissão de arquiteto, Ramos de Azevedo também foi construtor, empresário, senador (1904-1905) tendo renunciado do cargo, docente e diretor da Escola Politécnica e do Liceu de Artes e Ofícios.

Francisco de Paula Ramos de Azevedo morreu durante uma viagem ao Guarujá em 12 de junho de 1928. Seu corpo foi velado no Casarão da Pirapitingui e sepultado no Cemitério da Consolação. Em 25 de janeiro de 1934 foi inaugurado o Monumento a Ramos de Azevedo, localizado em frente ao Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo. Desde dezembro de 1996 o mesmo se encontra em frente a Poli, na USP.

Ramos de Azevedo teve sua vida fortemente ligada à cidade de Campinas, pois foi aqui que sua vida profissional iniciou-se e nesta cidade localiza-se o seu último projeto de edifício escolar: o Instituto Profissional Bento Quirino.



Figura 2: Inauguração do monumento a Ramos de Azevedo. São Paulo, SP, janeiro/1934. Fonte: FABRIS, 1998.

CAPÍTULO 3: O INSTITUTO PROFISSIONAL BENTO QUIRINO



Figura 3: Visão Parcial do edifício Profissional Bento Quirino, atual Colégio Técnico da Unicamp, 17/09/2010.

3.1 - O início da industrialização em Campinas

Antes de tratar da construção de um edifício em Campinas para o ensino profissional, é preciso demonstrar qual era o panorama econômico-social que gerou a necessidade de se formar mão-de-obra preparada para a indústria.

Campinas foi criada a partir da presença de tropeiros que aqui se estabeleceram durante o Império. Nos marcos de sua formação colonial, a cidade de Campinas surgiu na primeira metade do século XVIII como um bairro rural da Vila de Jundiaí. Localizado nas margens de uma trilha aberta por paulistas do Planalto de Piratininga entre 1721 e 1730 (trilha

que seguia em direção às recém descobertas minas dos Goíases), o povoamento do ‘Bairro Rural do Mato Grosso’ teve início com a instalação de um pouso de tropeiros nas proximidades da ‘Estrada dos Goíases’. O pouso das ‘Campinas do Mato Grosso’ (erguido em meio a pequenos descampados ou ‘campinhos’, em uma região de mata fechada) impulsionou o desenvolvimento de várias atividades de abastecimento e promoveu uma maior concentração populacional, reunindo-se neste bairro rural em 1767, 185 pessoas. No mesmo período (segunda metade do século XVIII), ganhava forma também uma outra dinâmica econômica, política e social na região, associada à chegada de fazendeiros procedentes de Itu, Porto Feliz, Taubaté, entre outras. Estes fazendeiros buscavam terras para instalar lavouras de cana e engenhos de açúcar, utilizando-se para tanto de mão de obra escrava. De fato, foi por força e interesse destes fazendeiros, ou ainda, por interesse do Governo da Capitania de São Paulo, que o bairro rural do Mato Grosso se fez transformado em Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (1774); depois, em Vila de São Carlos (1797), e em Cidade de Campinas (1842) ¹.

A partir do século XIX a cidade passa a ser uma importante rota comercial. Aqui se fazia a troca dos produtos agrícolas, produzidos tanto no interior da província de São Paulo quanto em Minas Gerais, por bens manufaturados vindos da Europa e ferramentas para facilitar a produção.

Durante todo este período Campinas sempre teve a inclinação para a produção agrícola: primeiro para a cultura da cana e depois para a cafeicultura.

Em 1850 houve uma grande mudança na agricultura, pois a produção de cana-de-açúcar passa a ser trocada pelos cafezais.

¹ Fonte: www.campinas.sp.gov.br acessado em 21.08.2010;

O número de engenhos cai vertiginosamente enquanto os cafezais predominam, conforme demonstrado na tabela 1:

Data	Engenhos	Export.	Fazendas/café	Export.
1851	51	-	76	-
1860	22	55 a 60 mil arobas	189	700 mil arobas

Tabela 1: comparativo entre o número de engenhos e as fazendas de café em Campinas entre 1851 e 1860.
Fonte: Processo de Tombamento CONDEPHAAT 22805/83.

Essa troca na produção agrícola teve outro aspecto importante: a utilização de mão-de-obra negra e escrava perdeu espaço para os trabalhadores europeus que começam a imigrar para o Brasil, fixando-se principalmente no interior de São Paulo.

Campinas recebeu então um grande número de imigrantes europeus. Os alemães, por exemplo, não se estabeleceram nas fazendas, mas sim nos bairros da cidade. Ao contrário do trabalho no campo estes imigrantes colocaram sua força de trabalho nos setores de prestação de serviços, como oficinas, chapelarias, sapatarias, além do comercial em geral.

Até a metade do século XIX, Campinas não possuía qualquer tipo de rede de saneamento, ou de calçamento, e a construção ainda se fazia pelo uso de taipa. Os jornais da corte chegavam com cinco dias de atraso e as notícias sobre o exterior demoravam dois meses. O início da transformação econômica de Campinas é consequência do enriquecimento da cidade pela produção do café. A partir desse momento a cidade começou um processo de transformação urbana já que, segundo MONTEIRO (2009), um grupo de empresários e fazendeiros, ligados à maçonaria, se organizou para urbanizar a cidade, inspirados nos moldes europeus. A elite campineira queria que a urbanização refletisse o crescimento econômico através do embelezamento e saneamento urbano, passando assim a financiar várias públicas. Um outro aspecto decisivo nas mudanças sofridas pela cidade foi o início da industrialização.

A instalação da E.F. Paulista e Mogiana, que foi um marco importante no processo de industrialização. Com a chegada dos trilhos de ferros houve a necessidade construção de oficinas que empregaram milhares de operários.

Além dos empregos gerados diretamente pela estrada de ferro, outras indústrias surgiram: manufaturas e fábricas de máquinas agrícolas, fundição de ferro e de bronze, olarias, fábrica de velas, de cerveja e gelo, de sabão, de chapéus (Indústria de Chapéus Bierrenbach & Irmãos que trouxe a primeira máquina à vapor), curtumes, marcenarias e carpintarias.

A crescente industrialização gerou a necessidade de instalação de serviços públicos, de edifícios públicos e de escolas. Dentre os serviços públicos, LAPA (2008) cita outras obras e inaugurações que foram de fundamental importância no processo de modernização urbana campineira, como: linhas de bondes a tração animal (1879), linhas telefônicas (1884), serviços de água e esgoto (1891-1892) e o início do calçamento das ruas com paralelepípedos e macadame. Em 1895 as ruas começaram a ser emplacadas e as casas e os túmulos dos cemitérios numerados.

Prédios públicos foram construídos, tais como: o Teatro São Carlos (1850), a Santa Casa de Misericórdia (1876), o Rique de Patinação (1878), a Sociedade de Beneficência Portuguesa (1879), a Matriz Nova (1883), a Igreja de São Benedito (1885), o Matadouro Municipal (1881), o Circolo Italiano Uniti (1884), a Estação Agrônômica (1887), a Cadeia Nova (1896), os Escritórios da Companhia Mojiana (1896), o Fórum (1896), o Hipódromo Campineiro (1887), a Casa de Saúde Campinas (1880), o Centro de Ciências, Letras e Artes (1901), entre outros.

Dentre as escolas construídas estão: a Associação Culto à Ciência, a Creche Bento Quirino, o Liceu de Artes e Ofícios Nossa Senhora Auxiliadora (1897), o Colégio São

Benedito, a Escola Noturna da Loja Maçônica, a Escola Corrêa de Melo (1881), a Escola Ferreira Penteado (1893), e o Primeiro Grupo Escolar (1897).

O desenvolvimento industrial e o enriquecimento econômico transformaram por completo a paisagem e organização urbana de Campinas. A cidade inicia o século XX com 47 fábricas diversificadas, mais de 55 ruas e 17 praças.

De certa forma esta mudança do cenário urbano demonstra a vontade dos setores mais influentes da sociedade de sair do passado e ingressar o país na modernidade. O passado era o Império e a República era tida como o caminho para o desenvolvimento. Sobre este aspecto José Roberto do Amaral Lapa (2008) afirma que ser moderno² era *ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos* (LAPA, 2008, p.19).

A grande presença de fazendas de café e a intensa industrialização transformaram Campinas em uma importante cidade da província. Um grupo de fazendeiros, comerciantes, militares e intelectuais, representantes de uma nova classe social que começava a surgir, influenciaram fortemente a política e economia local. A resenha histórica presente no Processo de Tombamento 22805/83 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) explica a ligação desta nova classe social com o novo modelo econômico que surgia no país, o qual ‘assentado nas relações capitalistas de produção e oriundos do oeste paulista, este grupo se afirma apoiado em ideais positivistas, maçons e republicanos, transplantando para a educação suas aspirações políticas. Portanto, podemos afirmar que: Campinas reflete, setorialmente, o panorama histórico, político e social do Brasil no início do século XX. Com a implantação da indústria ofereceu-se uma alternativa de aplicação de capitais além da produção cafeeira, e

² Lapa esclarece em seu livro que o termo modernidade foi lançado pelo poeta francês Charles Boudelaire em 1863. A palavra modernidade pode ser transposta pelos termos civilidade e progresso;

que veio a ser fortalecida pela grande disponibilidade de mão-de-obra dirigida com a abolição da escravatura’.

O processo de industrialização permanece intenso no início do século XX, contando então com 47 fábricas, dentre as quais uma refinaria de açúcar, uma fábrica de chapéus, cinco de máquinas para a lavoura, dez fábricas de móveis, duas caldeirarias, um curtume, onze olarias, além da fábrica de tecidos de algodão com 366 teares Rawlinson Muller e Cia. (1902), a cervejaria Columbia (1908) e a Cia. Curtidora de Campinas (1910). Assim, em 1912, Campinas contava com 83 fábricas.

Este processo de crescimento industrial criou uma nova demanda: a de mão-de-obra qualificada. Com exceção dos mestres artesãos que imigraram da Europa, os trabalhadores não possuíam qualquer tipo de conhecimento e de treinamento específicos que atendessem as necessidades das indústrias. Assim, era preciso aperfeiçoar as técnicas de trabalho através da formação profissional.

3.2 – O surgimento do Instituto

O surgimento de uma escola profissional, masculina e gratuita deve-se ao cidadão Bento Quirino dos Santos, que em seu testamento deixou a quantia de mil contos de réis (1.000:000\$000) para a construção em Campinas de um instituto de artes e ofícios, inspirado no existente na capital da província.

Bento Quirino, falecido em 26 de dezembro de 1914, foi um ilustre cidadão da cidade de Campinas. Nascido em 18 de abril de 1837. Foi um comerciante bem estabelecido, ativo na política e sociedade campineira, abolicionista e republicano. Elegeu-se vereador pelo Partido Liberal em 1873 e foi participante do Partido Republicano Paulista.



Figura 4: [Retrato de Bento Quirino dos Santos. Campinas, SP, entre 1900 e 1914]. *Coleção João Falchi Trinca* / Centro de Memória - UNICAMP.

Realizava várias reuniões políticas, regadas à café, em seu escritório, que se localizava na sobreloja de sua residência. Em 1889, no início da epidemia de febre amarela que dizimou boa parte da população, Bento Quirino permaneceu na cidade e abriu as portas de sua casa para abrigar doentes, médicos e enfermeiros. Os serviços prestados à população durante este período crítico, foram-lhe agradecidos através de uma placa em mármore que foi fixada na fachada sua residência/comércio, como os seguintes dizeres: *‘Gratidão eterna do povo de Campinas à Casa Santos, Irmão & Nogueira, pelos relevantes e inolvidáveis serviços prestados durante a epidemia de 1889’*. A placa ainda se encontra na fachada do prédio situado na esquina entre as ruas Sacramento e Benjamin Constant.

Bento Quirino preocupava-se com a sociedade, tanto que deixou em seu testamento doações à várias obras de caridade, hospitais, orfanatos, escolas, creches, etc. Em seu testamento, lê-se: *o collegio de São Benedicto de Campinas, mantido pelos homens de côr, dez contos de réis. Deixo para a Escola Nocturna, mantida pela Loja Maçônica Independência, de Campinas, dez contos de réis. Deixo para o Lyceu de Artes e Officios de*

São Paulo, instituição do Estado, ou subvencionada ou fiscalizada pelo estado, cinquenta contos de réis. Deixo, para a Maternidade de São Paulo, dez contos de réis. Deixo, para o Orphanato Christovam Colombo de São Paulo, dez contos de réis, conforme figura 5 abaixo:

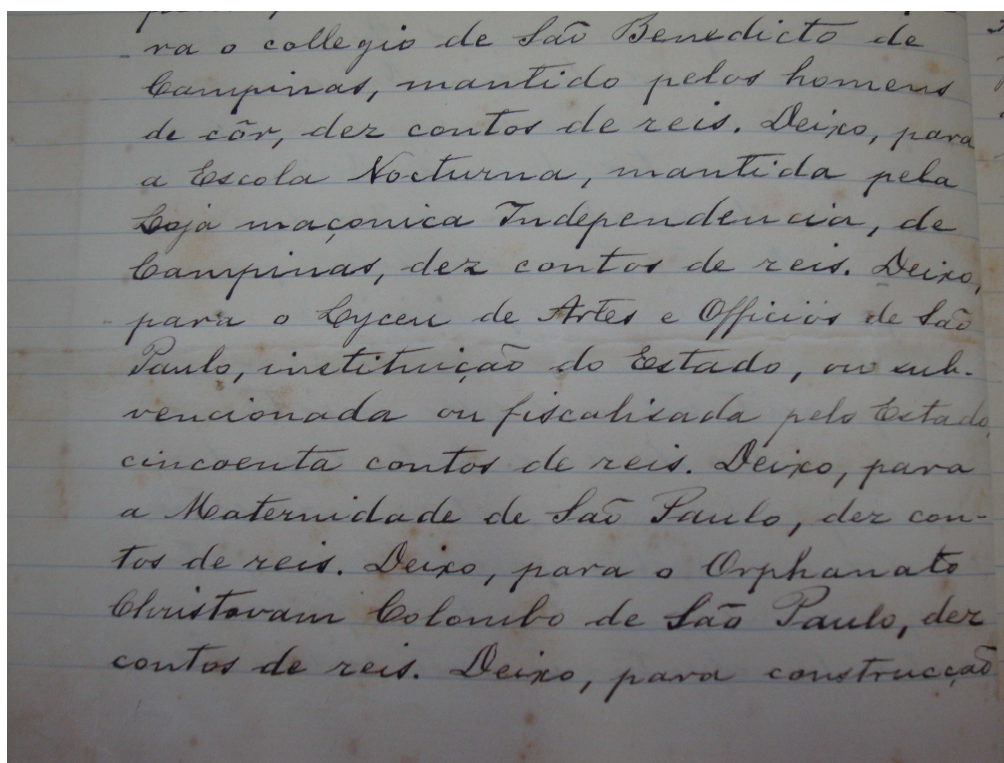


Figura 5: trecho do testamento de Bento Quirino dos Santos.

Fonte: Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, 03º Ofício, processo 10832. Centro de Memória – UNICAMP.

Estas doações geraram várias contestações pelos herdeiros. José Paulino Nogueira, que era seu amigo íntimo, foi eleito o testamenteiro por Bento Quirino, atribuição que foi passada a Silva Telles quando do falecimento inesperado de José Paulino em 1915, apenas um ano após o falecimento de Bento Quirino.

No trecho que trata da doação de mil contos de réis para a construção e aparelhagem do Instituto Profissional, lê-se: 'Deixo, para a fundação de um Instituto de ensino profissional masculino em Campinas, isto é, para a construção de um prédio apropriado e mais elementos de patrimônio, mil contos de réis, desejando eu que, no Instituto Profissional, sejam dados, a cada uma das três principais salas, respectivamente, os nomes de Antonio

Telles, Domingos Netto e José Paulino, como tributo de amizade aos meus velhos companheiros de trabalho Antonio Carlos da Silva Telles, Domingos Luiz Netto e José Paulino Nogueira’, conforme figura 6:

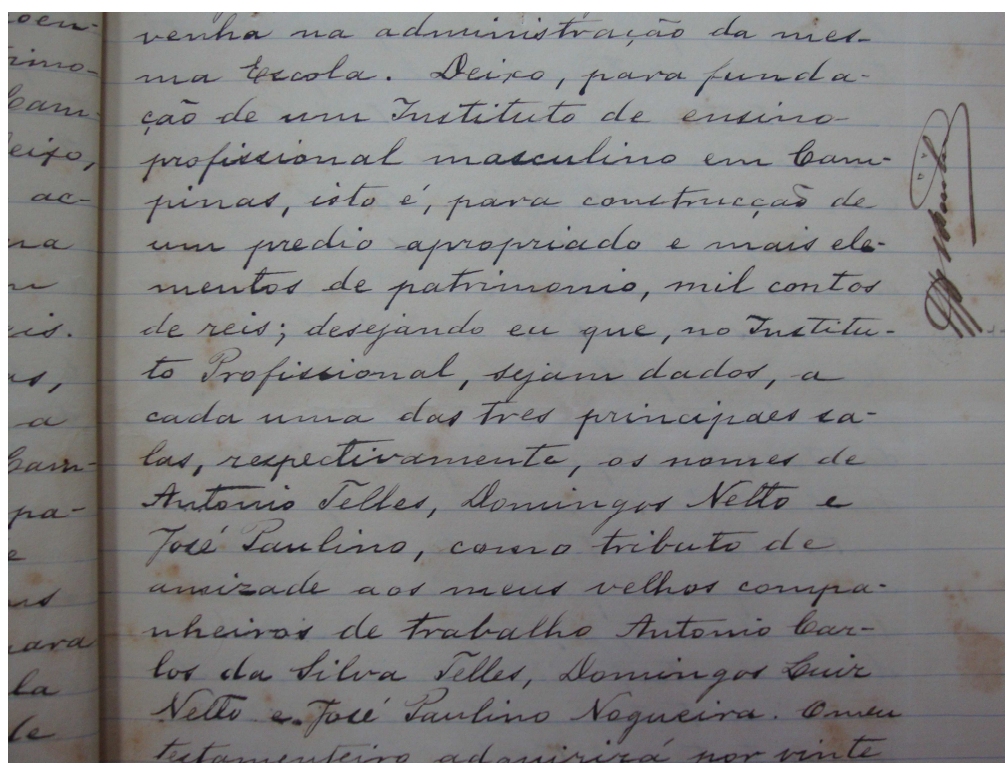


Figura 6: trecho do testamento de Bento Quirino dos Santos.

Fonte: Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, 03º Ofício, processo 10832. Centro de Memória – UNICAMP.

Para cumprir com o desejo de Bento Quirino, José Paulino convocou em 27 de junho 1915, segundo dado do CONDEPHAAT, uma reunião, realizada na residência do falecido. Na mesma data ficou criada a Associação Instituto Profissional Bento Quirino, sendo seu presidente José Paulino Nogueira. Quando este faleceu ficou decidido, em 12 de março de 1916, que Silva Telles seria o novo presidente da Associação.

Constam no Relatório de Trabalhos de 1933 as regras básicas para o funcionamento do Instituto:

‘O Instituto Profissional Bento Quirino, como o Lyceu Paulista, é uma associação beneficente, tendo por objeto a manutenção de um estabelecimento de

instrução popular, onde, por meio de lições, conferências e aula práticas, se ministre, gratuitamente, o ensino dos conhecimentos próprios para elevar o nível intelectual e profissional das classes laboriosas.

Os alunos, uma vez que comecem a produzir trabalhos apreciáveis, receberão salários, que irão sendo aumentados, até se nivelarem com os dos mestres.

Manterá as oficinas o seu curso prático e os trabalhos produzidos serão vendidos, sendo o seu resultado aplicado em melhoramentos do próprio estabelecimento.

Haverá um externato, onde os alunos serão matriculados mediante requisição da diretoria, de acordo com o regulamento interno que será organizado.

Uma das exigências, aliás, razoável, para a permanência do aluno no externato, será a sua assiduidade aos trabalhos das oficinas.

Os incorrigíveis, os maus elementos, serão eliminados incontinenti, pois não se trata de estabelecimento correcional.

A associação deseja que aqueles que ali forem admitidos, recebam o preparo necessário para a luta pela vida, habilitando-se ao trabalho honesto, que é o caminho seguro e recto para a formação do carácter e para bem saber cumprir os seus deveres, tornando-se homens úteis a si e à sociedade’.

Segundo o processo de tombamento, uma das primeiras ações da Associação foi a aquisição do terreno. Tal terreno, adquirido no espólio, era localizado entre as ruas Culto à Ciência, Sebastião de Souza e Saldanha Marinho. Incorporaram-se ao terreno destinado ao imóvel: casa e terreno – Rua Culto à Ciência sob o número 36 de Belarmino da Silva e Antonio Acritelli e mulher, D. Francisca Acritelli. Terreno de Manoel Santos Duarte e Florisa Vieira Duarte. Terreno de Angela Sbrissa, e Terreno de Abel Carvalho de Moura e sua mulher, com aproximadamente 1164,50 m². Ao lado a Rua Sebastião de Souza e ao fundo a Rua Saldanha Marinho. Assim, área do terreno totalizou 8.155 m². Percebe-se que a região escolhida era bem próxima das indústrias então existentes.

3.3 – A construção do edifício.

Ramos de Azevedo, o qual era amigo de Bento Quirino e responsável pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, foi o engenheiro escolhido para construção do instituto profissional, sendo este o seu último projeto com fim público ou institucional.

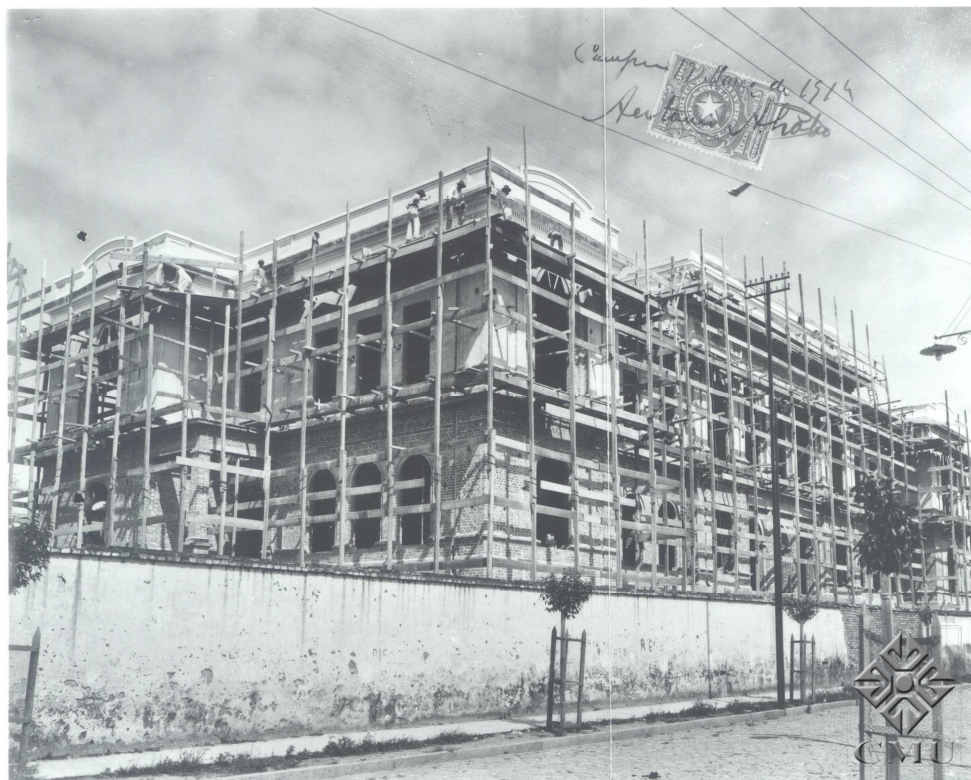


Figura 7: [Construção do Instituto Profissional Bento Quirino, Campinas, SP, 19 março 1917]. *Fundo Tribunal de Justiça de Campinas* / Centro de Memória – UNICAMP.

A nomenclatura do edifício dada pelo escritório de Ramos de Azevedo difere da dada pela Associação Instituto Profissional Bento Quirino. Em todos os documentos encontrados, o escritório denominou o projeto como Lyceu Bento Quirino, como encontrado nos orçamentos e no projeto da fachada do edifício principal, demonstrando aí a inspiração retirada do projeto do Liceu localizado em São Paulo.

O estilo arquitetônico de Ramos de Azevedo era o ecletismo. O ecletismo paulista teve fundamentação no europeu. O ecletismo na Europa surgiu para atender a burguesia em ascensão. Segundo PATTETA (1987) ‘o ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma

classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto’.

As exigências pelo conforto da classe burguesa, trouxeram os avanços na urbanização, como o saneamento, as instalações elétrica e hidráulica residenciais. Os edifícios concebidos à prestação de serviços para esse novo extrato social (hotéis, balneários, lojas, escritórios, teatros, bancos, etc.) necessitavam uma remodelação. Para atender a essas exigências, PATTETA (1987) argumenta que os ‘arquitetos deram a única resposta possível: uma arquitetura sem grandes tensões espirituais, não autônoma, mas participante e comprometida até ao próprio sacrifício’. O autor ainda enumera três correntes principais dos princípios ideológicos do ecletismo em que a ‘cultura arquitetônica deleitou-se por mais de cem anos’. A primeira delas é a composição estilística, que se baseou na ‘adoção imitativa coerente e correta de formas que no passado haviam pertencido a um estilo arquitetônico único e preciso’. A segunda corrente é do historicismo tipológico onde, ‘as escolhas apriorísticas de cunho analógico que deviam orientar o estilo quanto à finalidade a que se destinava cada um dos edifícios’. O estilo podia ser medieval, renascentista, barroco, clássico, oriental, entre outros, dependendo a intencionalidade e funcionalidade de cada edifício projetado. A terceira e última corrente era a dos pastiches compositivos que, com liberdade, ‘inventava soluções estilísticas historicamente inadmissíveis (mas que muitas vezes, escondiam soluções estruturais interessantes e avançadas)’.

A burguesia européia buscava nos projetos de suas residências a mesma monumentalidade reservada, até então, aos edifícios públicos, utilizando para isso a construção de frontões, colunas, pilares, etc.

São Paulo, até a metade do século XIX, era marcada pela arquitetura colonial, cujo principal técnica construtiva era a taipa de pilão. A predominância deste estilo arquitetônico

ocorreu pelo isolamento territorial. Para chegar a São Paulo era necessário subir a serra, o que não era uma travessia fácil e rápida. Esse isolamento fez com que São Paulo, segundo LEMOS (1987) ‘continuasse caipiríssima mesmo depois da Independência’, seja pelo dialeto caipira ou pela taipa de pilão. As inovações demoravam muito para chegar à capital e no interior, as bandeiras apenas reproduziram a estética da capital da província.

A mudança surgiu a partir da agricultura, quando o cultivo da cana-de-açúcar foi trocado pelo o do café. A instalação das estradas de ferro foi decisiva para a transformação social, cultural e econômica, pois tanto serviu para o escoamento da produção quanto para a chegada dos produtos manufaturados, principalmente os vindos da Europa.

A burguesia cafeeira se inspirou na arquitetura vista na Europa, durante as viagens da entressafra. Como já visto, na Europa o Ecletismo predominava e, por consequência, este foi o estilo adotado. Segundo LEMOS (1987) ‘o ecletismo, sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico – era o capitalismo inaugurado com o café que chegava a cidade’.

Este novo estilo arquitetônico encontrou mão-de-obra nos imigrantes europeus e os materiais básicos nas olarias, como os tijolos (que substituiu a taipa de pilão) e as telhas planas do tipo francesas. Deste resto, todos os materiais, inclusive a madeira, eram importados da Europa.

O Ecletismo seguiu como estilo arquitetônico dominante até o início da Primeira Guerra Mundial, quando as importações foram prejudicadas, causando assim a falta dos materiais necessários à construção. O neocolonialismo passa então a vigorar na arquitetura.

O projeto arquitetônico do Instituto Profissional Bento Quirino foi marcado pelo ecletismo. As únicas plantas originais localizadas foram da fachada do edifício principal e do salão de festas.

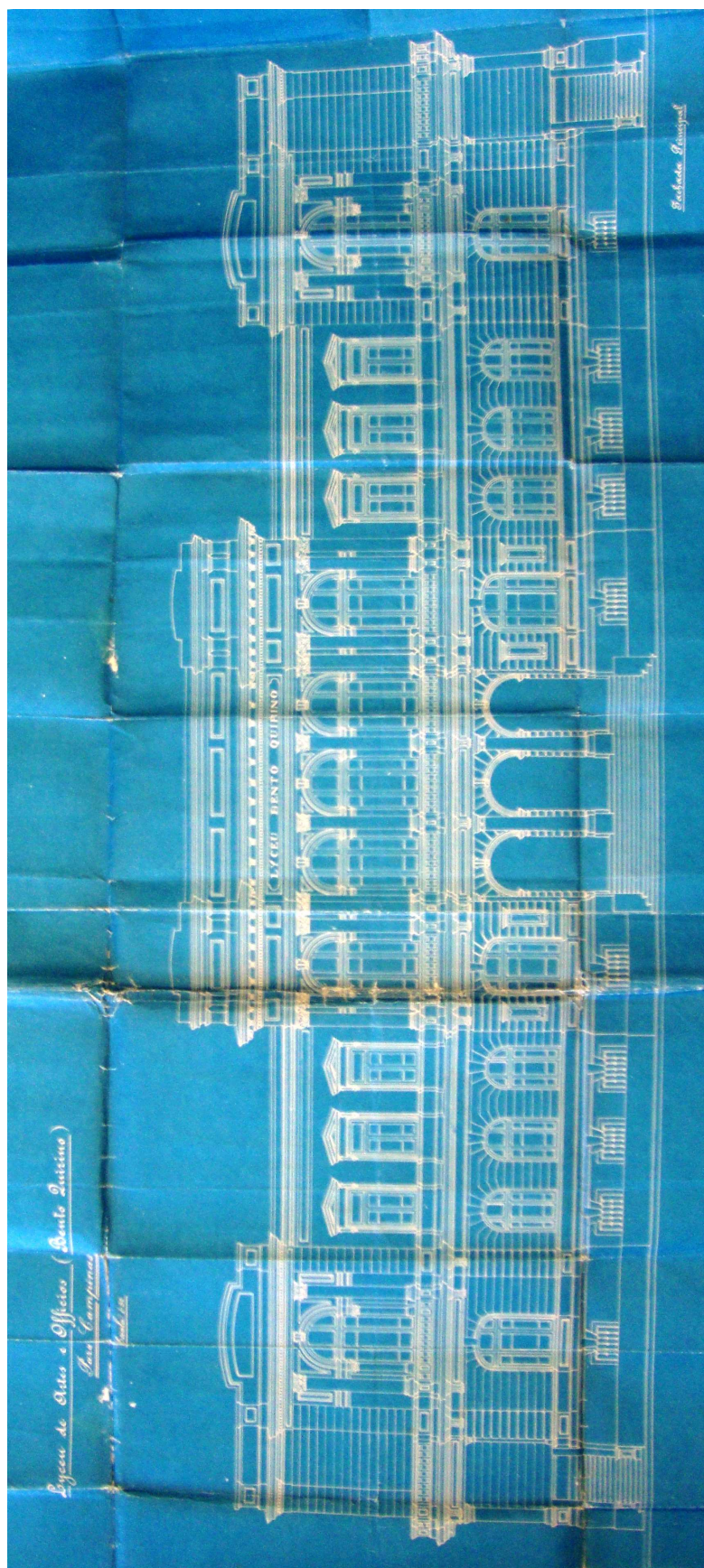


Figura 8: Planta da fachada do prédio principal.
 Fonte: *Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*, 03º Ofício, processo 10599. Centro de Memória – UNICAMP.

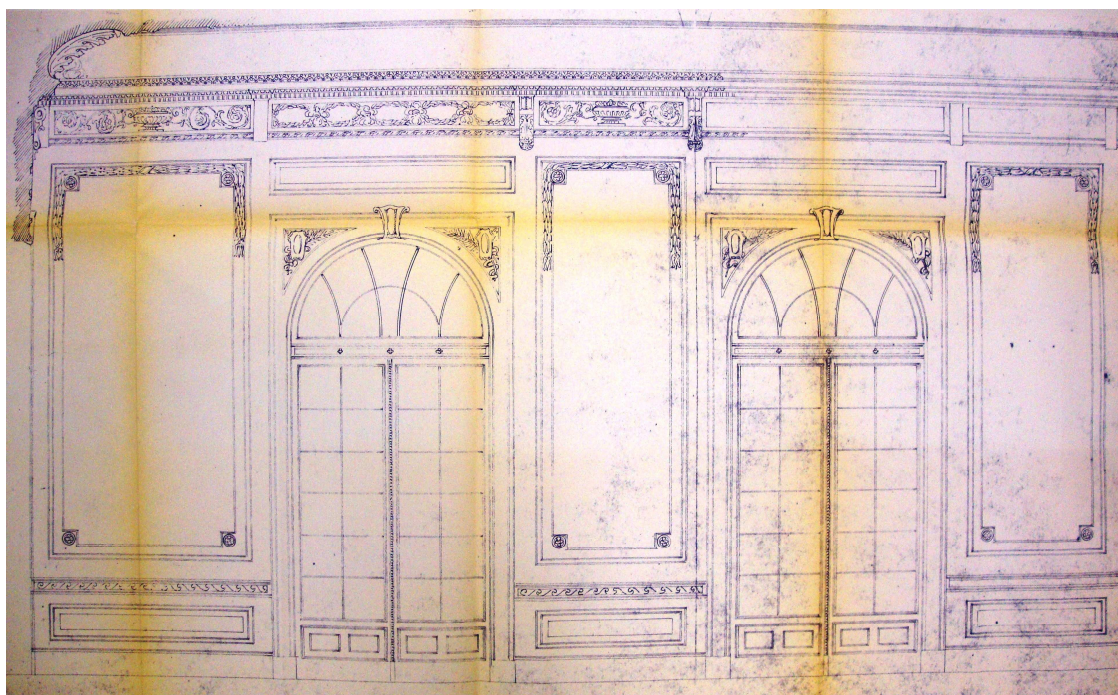


Figura 9: Projeto do Salão.
 Fonte: *Acervo Ramos de Azevedo*. FAU-USP.

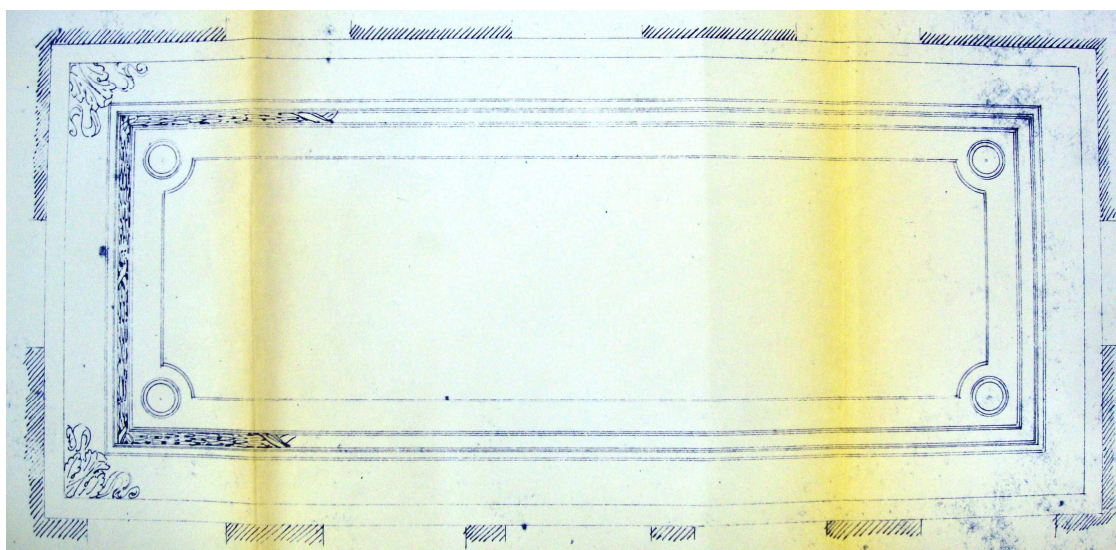


Figura 10: Projeto do Forro do Salão.
 Fonte: *Acervo Ramos de Azevedo*. FAU-USP.

O orçamento final da construção do edifício, de 17 de março de 1917, processo nº 10599, do 3º Ofício de Campinas, apresenta os seguintes valores: edifício principal 298:449\$000 (298 contos, 449 mil réis), casa das oficinas 78:540\$000 (78 contos, 540 mil réis), casa das privadas e dependências das oficinas 7:119\$000 (7 contos, 119 mil réis), vedações e defesas dos diversos compartimentos com gradil de ferro 2:415\$000 (2 contos, 415 mil réis), aparelhos mecânicos destinados às oficinas 2:780\$000 (2 contos, 780 mil réis), aparelhos mecânicos destinados às oficinas de ferro 20:840\$000 (20 contos, 840 mil réis), mobiliário completo 26:180\$000 (26 contos, 180 mil réis), completando 473:823\$000 (473 contos, 823 mil réis).

Consta ainda no processo o orçamento do Escriptorio Technico dos Engenheiros Architectos F. P Ramos de Azevedo & C^A. para o mobiliário encomendado ao Lyceu de Artes e Officios, conforme tabela 2 abaixo:

Material	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Saguão:			
Bancos com pés de ferro 2,00m comprimento	04	50\$000	200\$000
Salão:			
- Mesa 4,00x1,20m com gavetas nas cabeceiras	01	300\$000	300\$000
- cadeiras de braços			
- cadeiras simples	12	50\$000	600\$000
	12	25\$000	300\$000
Curso de datilografia:			
- mesas	09	50\$000	450\$000

Curso de exposição:

- carteiras Brazil	30	36\$000	1:080\$000
- bancos traseiros	05	28\$000	140\$000
- bancos dianteiros	05	33\$000	165\$000
- tribuna professor	01	150\$000	150\$000
- quadro negro	01	32\$000	32\$000

TOTAL			3:417\$000
-------	--	--	------------

Tabela 2: Orçamento do mobiliário encomendado pelo escritório de Ramos de Azevedo.

Fonte: *Fundo Tribunal de Justiça de Campinas*, Processo 10599, 3º Ofício de Campinas / Centro de Memória – UNICAMP.



Figura 11: Escola Profissional 'Bento Quirino', Campinas, SP, [ca. 1919]. *Coleção Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas* / Centro de Memória-UNICAMP.

A figura 11 mostra a o edifício em 1919, apenas um ano após a conclusão das obras.

As obras foram finalizadas em abril de 1918. No Relatório dos Trabalhos de 1933 há a citação

da presença, na entrada do edifício, uma estatua de Bento Quirino, em tamanho natural, feita em bronze, sentado em uma larga poltrona. Esta estátua não se encontra no prédio atualmente. Foi transferida quando da comemoração do centenário de nascimento de Bento Quirino (1937) para a Praça Bento Quirino, que se localiza entre as ruas Sacramento e Benjamin Constant, em frente à Basílica do Carmo. As fotos da primeira e da atual localização da estátua estão em anexo (III e IV).

Como visto, foi determinado por Bento Quirino, em testamento, que três das principais salas tivessem os nomes de três dos seus grandes amigos: Silva Telles, Domingos Netto e José Paulino. Ainda no Relatório dos Trabalhos de 1933, há a informação de que foram postos no alto das salas medalhões com a efígie de cada um daqueles três amigos. Atualmente não se vê em nenhuma sala os nomes nem as efígies³. Pesquisando o acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Bento Quirino, foram localizadas fotos referentes a uma exposição ocorrida na escola, onde se observa uma fotografia fixada na parede cuja imagem é semelhante à José Paulino Nogueira e outra à Bento Quirino.

Para o início das aulas em 02 de abril de 1918, foram contratados os seguintes docentes: dois professores de cultura geral e que ministravam também aulas de desenho e geometria (noturno) e dois mestres de marcenaria e mecânica.

3.4 – As dificuldades dos primeiros anos e as mudanças posteriores.

Em 1920 foi realizado em balanço onde se verificou que o Instituto passava por uma crise financeira e não tinha condições para continuar aberto. Até mesmo taxas municipais de água e esgoto deixaram de ser recolhidas, conforme processo nº 2773, do 4º Ofício. Assim o

³ Em conversa com o atual diretor, Celso Akira Nishibe, e a vice-diretora, Teresa Celina Meloni Rosa, do Colégio Técnico de Campinas, que ocupa o edifício, nenhum deles sabe de existência das salas que foram nomeadas. Também entrei em contato com um professor aposentado do COTUCA, Nelson Bolzani, que informou que desde sua chegada à escola, no final dos anos 1960, não viu nenhuma sala nomeada ou efígies.

edifício foi arrendado ao José Giagnoli que ali instalou uma fábrica de móveis. Seu fiador José Rossini passou a residir com a família no prédio principal.

José Rossini também passou por dificuldades financeiras após servir de fiador à José Giagnoli, conforme o processo nº 11832, do 3º Ofício arquivado no Centro de Memória da Unicamp. Nele o Instituto Profissional Bento Quirino requer o pagamento de sete contos, setecentos e sessenta e seis mil e cem réis, relativo a três notas de câmbio vencidas. Rossini, alegando não ter condições financeiras de pagá-las, o juiz decidiu pela penhora dos bens móveis que se encontravam sem sua residência.

Devido às dificuldades financeiras que a fábrica de móveis enfrentava, o edifício principal foi fechado em 25 de março de 1925, sendo locada somente a oficina. Para a reabertura do Instituto, em 1927, o professor Aprígio Gonzaga elaborou uma remodelação, inspirado nas escolas, profissionais de São Paulo. Dentre as mudanças, o Instituto passou a ser uma escola mista.

O Instituto e seu patrimônio foram mantidos pela Associação Profissional Bento Quirino até 1958, quando o edifício foi doado à Fazenda do Estado de São Paulo, doação autorizada em Assembléia Geral Extraordinária em 26 de junho de 1958, com duas exigências: a primeira para que fosse mantido o funcionamento de uma escola profissional com o nome Bento Quirino, e a segunda, para que uma das salas fosse destinada ao arquivo e ao uso da diretoria da Associação.

Em 1966, devido às péssimas condições de preservação do prédio e o risco que ele apresentava, o Instituto foi transferido no ano seguinte para um prédio especialmente projetado, localizado à Avenida Orozimbo Maia.

Quanto às duas exigências da doação para o Estado, a primeira se cumpriu. Já quanto à segunda, não foi verificada a existência da sala para arquivo. No atual edifício da Escola Técnica Bento Quirino, localizada à Avenida Orozimbo Maia em Campinas, há um Centro de

Memória onde se encontram várias fotografias e documentos contemporâneos, como o livro de ata da Associação Bento Quirino. Estes documentos possivelmente faziam parte do arquivo da Associação.

Em 1967 a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) assumiu a administração do prédio, em convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, criando o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA).

Várias mudanças ocorreram na área da escola. Conforme processos 3176/1970 e 775/1973, arquivados no SIARQ, houve a desapropriação de parte do terreno, 2.404 m², para a construção da via Radial Oeste. Além disso, a UNICAMP expandiu a área construindo dois conjuntos de laboratórios (com duas salas de aula e almoxarifado), dois vestiários, quadra de esportes, muro e portão. As plantas da área desapropriada e das áreas expandidas encontram-se em anexo (I e II). Também foi realizada a pintura externa em tom de amarelo. Segundo parecer do arquiteto do CONDEPHAAT, Flávio Luiz Marcondes B. de Moraes, de 30 de dezembro de 1987, ficou estabelecido que a escola deveria ser pintada de amarelo claro. Ele ressalta que a escolha desta cor não foi possível através da prospecção nas paredes externas, devido às péssimas condições de conservação das mesmas, mas sim baseada na cor mais comum utilizada em edifícios escolares na época da construção, ou seja, o amarelo claro.

A permanência do COTUCA no prédio do Instituto Profissional Bento Quirino se daria até a transferência para a Cidade Universitária. Mais de quarenta anos depois, esta transferência ainda não ocorreu.

3.5 - A arquitetura escolar

Através da arquitetura dos edifícios escolares é possível ler e interpretar a história da educação brasileira. Para Rosa de Fátima de Souza ‘a arquitetura e o espaço escolar têm se constituído nos últimos anos em promissoras vertentes de investigação sobre a cultura escolar. Estudos dessa natureza tendem a surpreender até mesmo o pesquisador que almejando encontrar o inusitado e o extraordinário, ao se voltar para o interior da escola, para as práticas e o cotidiano, depara-se com o prosaico, os lugares-comuns, com aqueles aspectos quase sempre negligenciados por comporem a estrutural habitual de nossa percepção da realidade. Contudo é nesse domínio de silêncios ordinários que se encontram a potencialidade da escuta. A tarefa exige olhar clínico, sensibilidade para o pouco aparente e atenção ao diverso. As várias dimensões implícitas no espaço escolar permitem compreendê-lo como uma linguagem a ser decifrada. À racionalidade funcional, emprego e uso agregam-se outros componentes como o caráter educativo, as dimensões simbólicas, as tecnologias de controle das mentes e dos corpos. A leitura dessas diferentes dimensões torna o estudo da arquitetura e espaço escolar eixos potenciais de pesquisa e de compreensão das instituições educativas, uma vez que a análise sendo intrinsecamente relacional põe em destaque a internalidade da gramática escolar articulada com a construção da escola como processo histórico, cultural e social’.

Do Brasil Colônia até o final do Império o ensino público era realizado em ‘precárias acomodações, fossem instaladas na casa do próprio professor, fossem improvisadas em paróquias ou em salas alugadas em locais pouco apropriados, ‘pardieiros’ sem ar, iluminação adequada, mobiliário e higiene’ (SOUZA, 2005).

A construção de edifícios projetados e direcionados exclusivamente para o funcionamento de escolas públicas iniciou-se com o processo de democratização do país a partir da Primeira República. Nos primeiros anos republicanos foram construídos os grupos

escolares, as escolas normais e os colégios. Estas construções não foram realizadas por mero acaso: os ideais republicanos tinham a educação ‘como fator de reforma social, manutenção do novo regime político e modernização do país’ (SOUZA, 2005).

Rosa Maria de Fátima Souza (2005) ainda argumenta que ‘em alguns estados e cidades brasileiras, essa primeira arquitetura escolar de caráter monumental e imponente foi erigida com a finalidade de enaltecer a ação do poder público. Ao longo do século XX, a persuasão retórica da arquitetura escolar sucumbiu às políticas públicas de atendimento à educação em face das pressões populares. Um pequeno número de edifícios projetados de acordo com os princípios a arquitetura moderna, construídos como marcos simbólicos, pode ser encontrado em uma ou outra cidade, mas constituem vestígios esparsos de iniciativas isoladas e descontínuas do Estado. Insuficiência e infra-estrutura inadequada permaneceram como características dos sistemas estaduais e municipais de ensino. As políticas de construção de prédios escolares vicejaram entre poucos recursos e medidas paliativas. A expansão da rede de escolas para os diversos níveis de ensino ocorreu fundamentada nos princípios da racionalidade financeira e técnica, funcionalidade, e máximo aproveitamento do espaço redundando em construções econômicas de traçados simples com pouca diferenciação interna e poucos vínculos com as propostas pedagógicas. Assim, a escola transformada em equipamento urbano tornou-se mais um entre tantos outros edifícios públicos destinados ao atendimento de demandas sociais’.

Era um pensamento republicano que somente através da educação da população o país sairia do atraso em que se encontrava. Como edifícios escolares existentes não poderiam suprir a demanda de vagas que os projetos educacionais republicanos exigiam, houve a necessidade de construção de novos edifícios escolares.

O marco inicial dos projetos de escolas de Ramos de Azevedo foi a construção do Primeiro Grupo, localizado em Campinas. Nele há a marca da monumentalidade: pé direito

alto, escadarias, pinturas decorativas, utilização de piso e forro de madeira, amplas e numerosas janelas.



Figura 12: Primeiro Grupo Escolar (atual EE Francisco Glicério), Campinas, SP, 19??. Fonte: Centro de Ciências, Letras e Artes – Museu Carlos Gomes.

O Primeiro Grupo é constituído por um porão e dois pavimentos. Em cada um destes localizam-se quatro salas de aula, totalizando oito. O porão era utilizado para a nivelção e acomodação da construção em relação ao terreno. Além disso, existiam dois ambientes administrativos. As salas se localizam em pares ao longo de um eixo central (corredor de circulação) que é paralelo à fachada do edifício. Os sanitários são dispostos e localizados fora do edifício principal, nos fundos do terreno.

Segundo WOLFF (2010) o primeiro Grupo Escolar de Campinas foi um protótipo, servindo como base para todos os primeiros edifícios dos grupos escolares, ou seja, construções em dois pavimentos, com um eixo de simetria perpendicular à fachada. Os alunos eram separados por gênero e por pavimento.

Ainda segundo WOLFF (2010) a utilização dos embasamentos do porão como elementos de acomodação, serviu posteriormente para a ‘concepção de escolas em série, exigindo apenas, como detalhamento individual de cada projeto, o levantamento topográfico de cada terreno e a adequação dos modelos padronizados a estas condições específicas’.

O Primeiro Grupo escolar marca o início e o Instituto Profissional Bento Quirino o término dos projetos de edifícios públicos escolares de Ramos de Azevedo. Entre os dois é possível perceber características em comum e a evolução dos traços arquitetônicos.

No projeto do Instituto Profissional, o porão ainda foi utilizado para o nivelamento da obra em relação ao terreno. As salas de aula são dispostas pelo eixo central perpendicular à fachada, mas seu número não se restringiu a oito salas. Existem várias salas, de dimensões variadas.

No interior do edifício existem quatro colunas ornamentadas em seu topo, que marcam a parte central.

No pavimento térreo, o corredor de circulação é revestido por dois tipos de cerâmica, enquanto nas salas internas o piso é revestido por madeira. O piso do pavimento superior é composto somente por madeira.

Existem duas escadarias que fazem o acesso entre os pavimentos e o porão. Uma se localiza logo após o hall de entrada, composta por três lances, com os corrimãos de madeira e guarda-corpos ornamentados por um gradil de ferro. Já a escada secundária, se localiza na porção direita do edifício (em relação à rua), sendo os guarda-corpos de madeira.

O forro do teto nas salas dos dois pavimentos é em madeira. Nos corredores de circulação (eixo perpendicular à fachada) o teto é revestido por um material que, se não for, é semelhante à argamassa, constando ainda molduras de gesso em toda a sua extensão. As paredes possuem pé direito alto, mas, ao contrário do Primeiro Grupo Escolar, não se verificam pinturas ornamentadas e decorativas. No projeto do salão de festas localizado no

acervo Ramos de Azevedo, existe o esboço de pintura decorativa. Atualmente não existe qualquer vestígio deste tipo pintura e não é possível afirmar se ela alguma vez existiu.

Todas as salas de aula possuem amplas e numerosas janelas que favorecem a circulação de ar e a utilização da luz natural para a iluminação. As janelas são feitas em madeira, ao contrário das outras escolas profissionais do mesmo período cujas janelas eram de caixilhos de ferro, como é o caso da Escola Profissional de Ribeirão Preto.

A fachada demonstra a monumentalidade do edifício e reflete o estilo arquitetônico eclético de Ramos de Azevedo. Existem frisos horizontais, marcados nos revestimentos, alusão neo-renascentista. O pórtico de entrada é acessado por uma escadaria e ornamentado por coluna, remetendo ao neoclassicismo. Existem três grandes portas de madeiras de duas folhas. Não se verifica na fachada alusões ao *métier* (ferramentas, alicates, esquadro e compasso), encontrado em outras escolas profissionais da capital.



Figura 13: Visão Parcial da Fachada do Edifício Principal, 17/09/2010.

As janelas do pavimento térreo que compõe a fachada são ornamentadas por frisos horizontais e diagonais. As janelas do pavimento superior, que estão acima do pórtico de

entrada são ornamentadas por arcos e colunas. As que não se localizam acima do pórtico da entrada, têm um ornamento triangular, que remete ao neoclassicismo.

Os beirais são apoiados por mão francesa decoradas.

Quanto à fachada dos fundos verificam-se os mesmos elementos arquitetônicos da fachada. As janelas são ornamentadas da mesma forma, e a porta de acesso às oficinas é composta por duas folhas de madeira.

O prédio das oficinas é constituído por pavimento térreo, com um baixo porão que serve para o nivelamento da construção. Existem numerosas e amplas janelas. Os elementos decorativos da fachada são marcados pela utilização de linhas simples e retas. A porta de acesso frontal é de madeira, sem qualquer tipo de ornamento, e as laterais são de ferro.

Todos os gradis encontrados no edifício principal (nas escadarias, acima das portas, no jardim, etc.) remetem ao estilo neogótico.

As portas internas são feitas de madeira no formato retangular. Algumas do pavimento superior, como as do salão nobre, possuem um semicírculo de madeira envidraçado. As portas externas são retangulares, decoradas, e com semicírculo de madeira envidraçado para ventilação, protegido com gradil de ferro.

Em um comparativo entre o projeto de Ramos de Azevedo para o Instituto Profissional Bento Quirino e os demais prédios escolares do interior do estado, Silvia Ferreira Santos WOLFF (2010) explica que esta distinção se verifica pela grandiosidade da escala, mais monumental do que a que Ramos de Azevedo costumava empregar nos grupos escolares. Para a autora, o arquiteto deve ter se alegrado por ter sido escolhido para projetar um prédio profissional em Campinas, cidade de se orgulhava, e que estabeleceu uma ligação com um dos seus primeiros sucessos na capital, o Liceu de Artes e Ofícios.

CAPÍTULO 4: LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

A inspiração para a realização deste capítulo surgiu pelo estudo do processo de tombamento do edifício do Instituto Profissional Bento Quirino pelo CONDEPHAAT. Nele existe o levantamento fotográfico realizado pelo engenheiro Flávio Luiz Marcondes B. de Moraes onde se encontram várias imagens produzidas em 1983, ano do tombamento.

Para este levantamento produziu-se mais de duzentas fotos e as imagens que retratavam os pontos principais do projeto arquitetônico foram selecionadas.

Para cada foto é fornecida a localização e a direção da produção da imagem na planta baixa (reprodução das plantas encontradas no Processo de Tombamento), o que permite ao leitor localizar-se dentro do edifício.

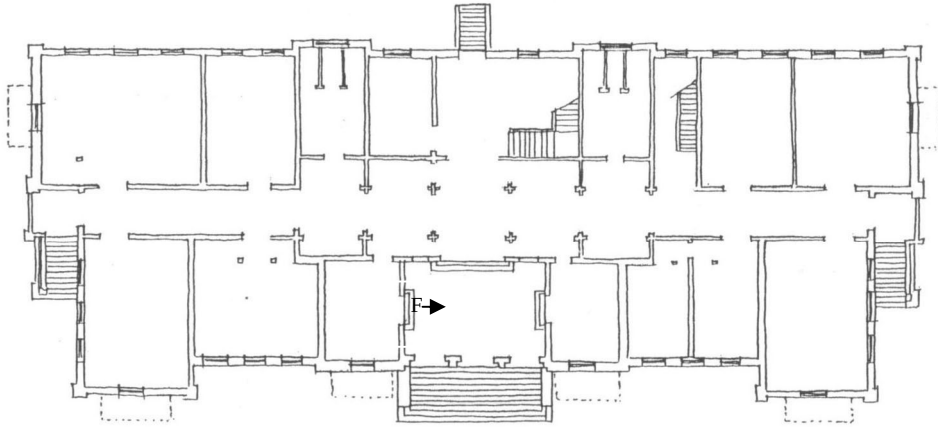
As imagens são divididas em três grupos principais: o edifício Principal, o edifício das Oficinas e a fachada do edifício Principal.

O edifício Principal foi subdividido em pavimento térreo, com fotografias do hall de entrada, do hall da escadaria, do corredor de circulação, da escadaria secundária e do piso; e em pavimento superior, com imagens do hall da escadaria, do corredor de circulação, da escadaria secundária, do piso em madeira e detalhe do guarda-corpos da escadaria principal.

O segundo grupo, edifício das Oficinas, possui imagens externas do mesmo.

O terceiro e último grupo é o da fachada externa do edifício Principal, onde são retratados os detalhes arquitetônicos da mesma.

O intuito deste levantamento fotográfico é traduzir em imagens a monumentalidade e importância do projeto de Ramos de Azevedo.



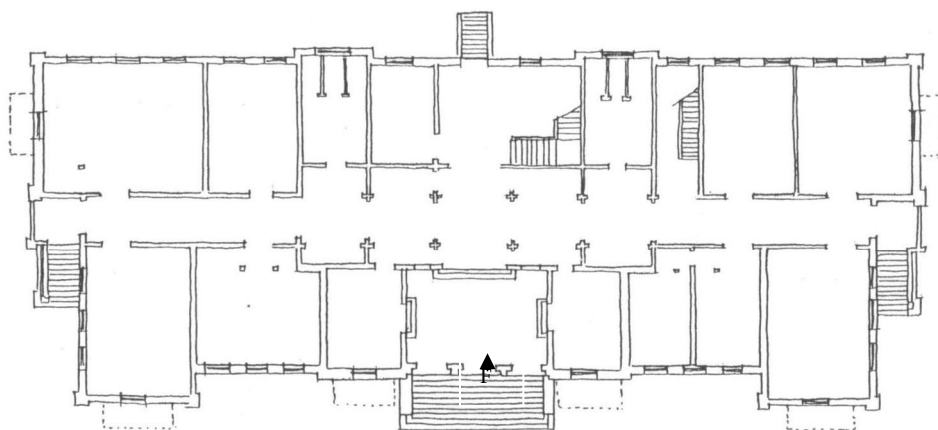
Pavimento Térreo – Hall de Entrada



Figura 14: visão parcial do hall de entrada, 17/09/2010.

Nesta imagem é possível notar as características arquitetônicas que contribuem para a salubridade do ambiente, como: o pé direito é alto, as portas amplas e os basculantes envidraçados presentes no topo das portas que contribuem para a entrada e circulação do ar e para a utilização da iluminação natural.

* F – posição do fotógrafo.

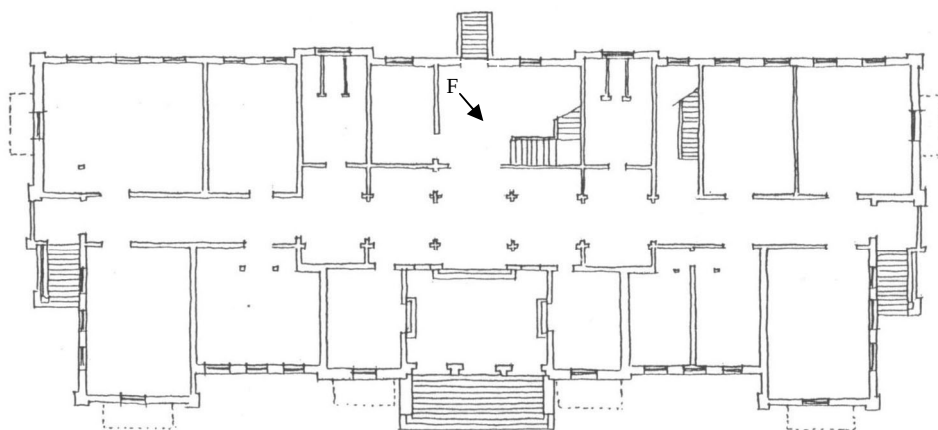


Pavimento Térreo – Hall de Entrada



Figura 15: visão parcial do hall de entrada, 17/09/2010.

A amplitude dos vãos das portas é o destaque desta imagem.

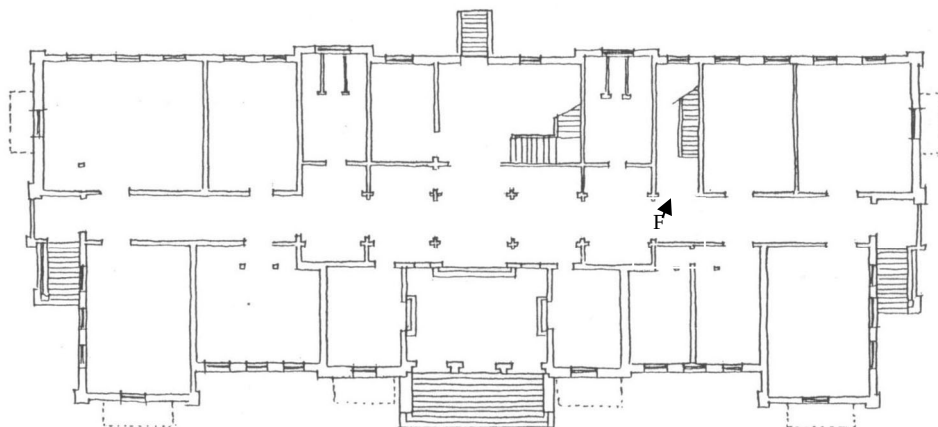


Pavimento Térreo – Hall da Escadaria Principal



Figura 16: visão parcial do hall da escadaria, 17/09/2010.

A escadaria principal é composta por madeira com guarda-corpos em gradil de ferro.

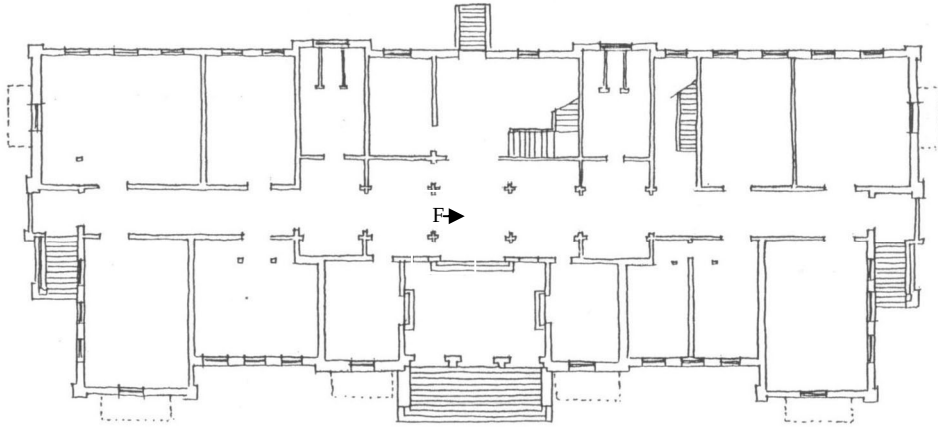


Pavimento Térreo – Escadaria Secundária



Figura 17: visão parcial da escadaria secundária, 17/09/2010.

A escadaria secundária é bem menor em suas dimensões comparada à escadaria principal. Além disso, o guarda-corpos é em madeira.



Pavimento Térreo – Corredor de Circulação

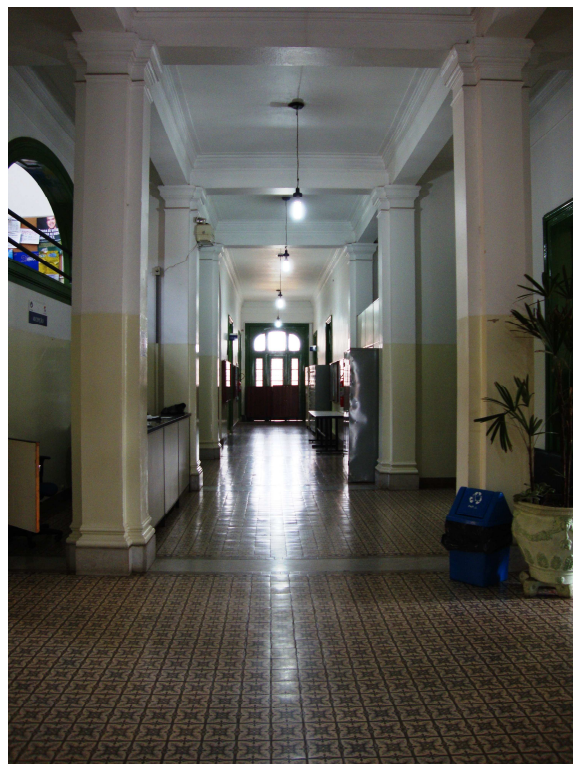
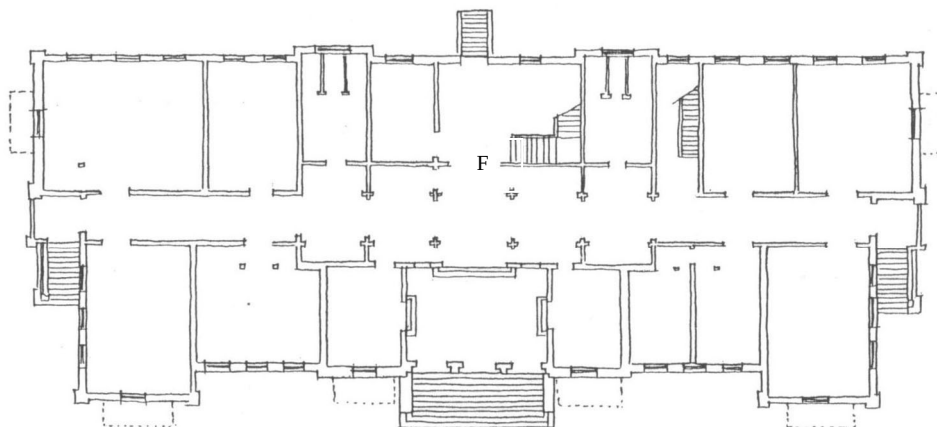


Figura 18: visão parcial do corredor de circulação,
17/09/2010.

As principais características do corredor de circulação são sua amplitude e dimensões. Existem quatro colunas que marcam a passagem do hall de entrada para o da escadaria principal. Foi entre estas colunas que a estátua de bronze de Bento Quirino permaneceu desde a inauguração até a sua transferência para a Praça Bento Quirino em 1937.

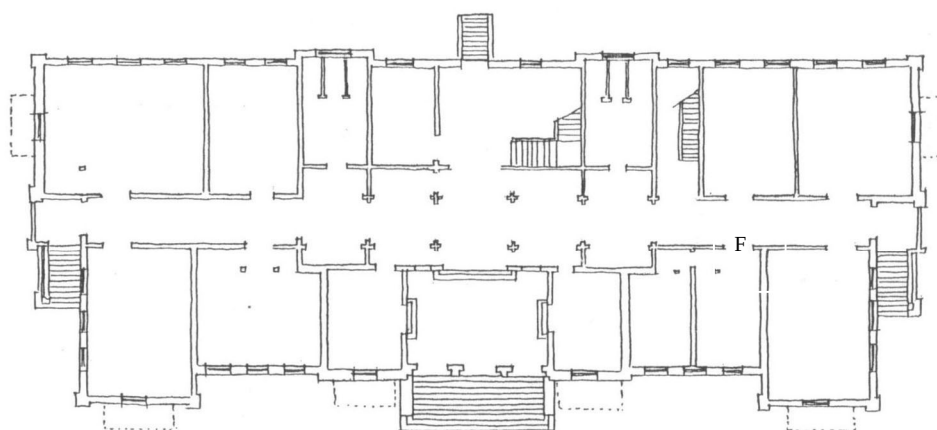


Pavimento Térreo – Pisos Cerâmicos



Figura 19: piso utilizado no pavimento térreo, 17/09/2010.

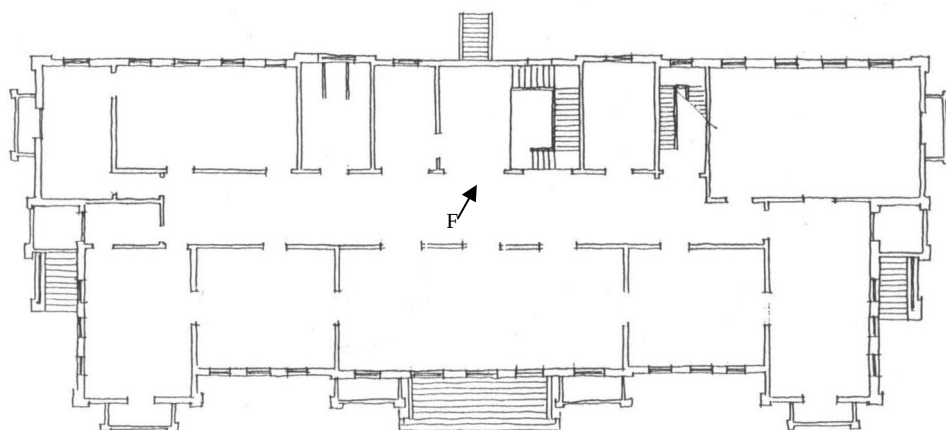
Nas figuras 19 e 20 há o detalhe dos dois tipos de piso cerâmicos utilizados no pavimento térreo.



Pavimento Térreo – Pisos Cerâmicos



Figura 20: piso utilizado no pavimento térreo, 17/09/2010.

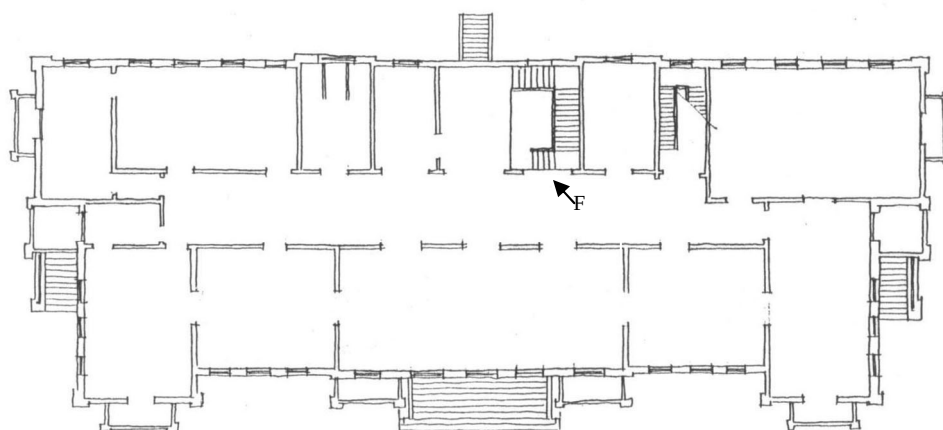


Pavimento Superior – Hall Escadaria



Figura 21: visão do hall da escadaria principal no pavimento superior, 17/09/2010.

A figura 21 permite uma visão ampla do hall da escadaria e do piso de madeira utilizado.

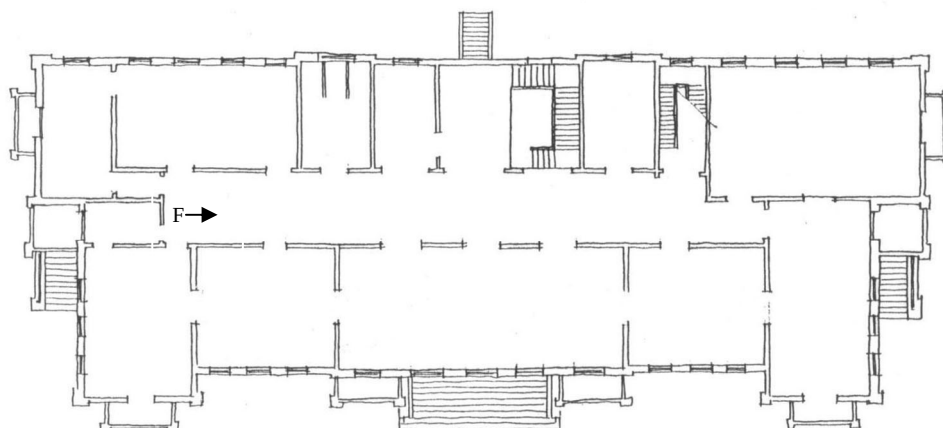


Pavimento Superior – Guarda-Corpos Escadaria Principal



Figura 22: visão parcial do guarda-corpos na escadaria principal, 17/09/2010.

Detalhe do gradil de ferro que compõe o guarda-corpos.

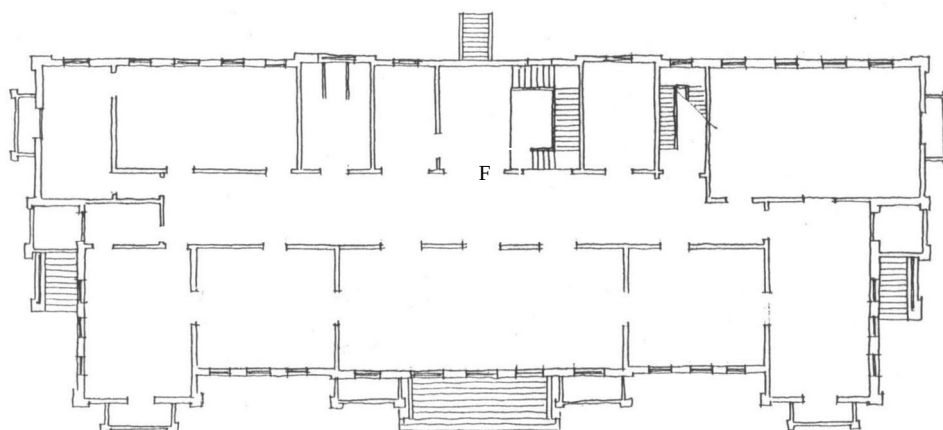


Pavimento Superior – Corredor de Circulação



Figura 23: Corredor de circulação do pavimento superior, 17/09/2010.

O corredor de circulação do pavimento superior também possui a amplitude e dimensões que imprimem grandeza, da mesma forma que o do pavimento térreo. O que difere os dois era o tipo de piso, que neste caso é em madeira.



Pavimento Superior – Piso

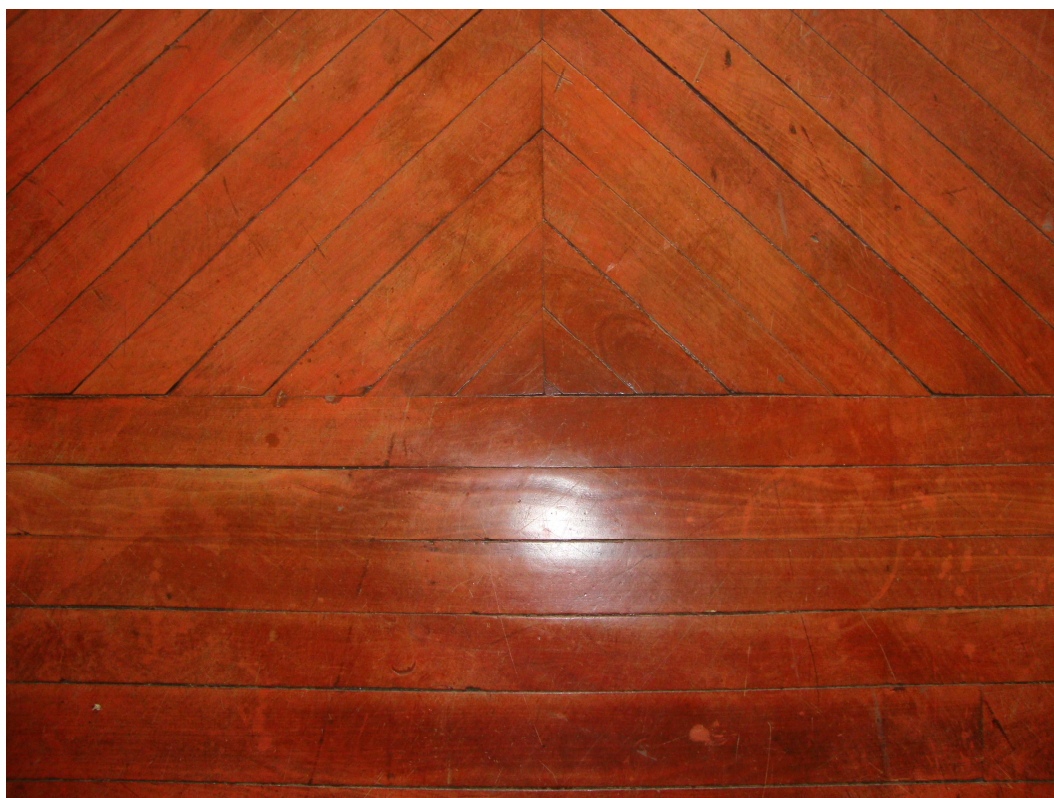
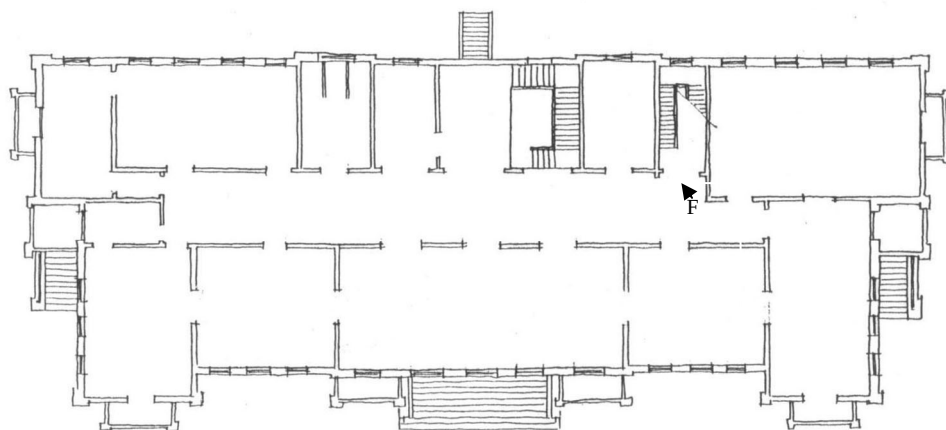


Figura 24: detalhe do piso em madeira do pavimento superior, 17/09/2010.

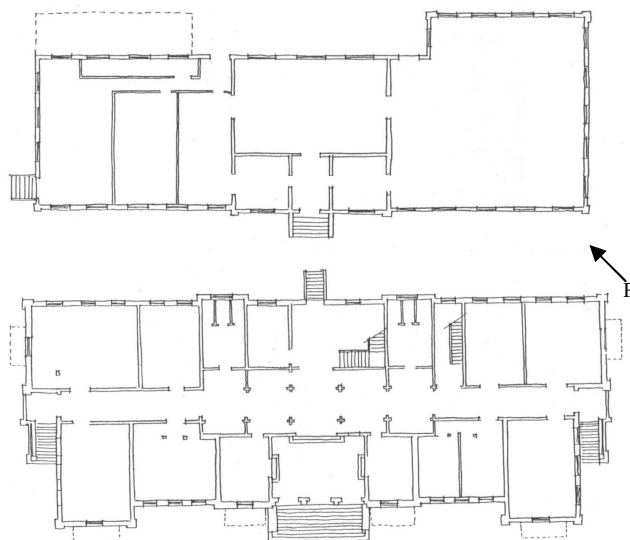


Pavimento Superior – Escadaria Secundária



Figura 25: visão parcial da escada secundária, 17/09/2010.

Nesta fotografia há o detalhamento do guarda-corpos em madeira.



Edifício das Oficinas



Figura 26: visão parcial do edifício das Oficinas, 27/09/2010.

O edifício das Oficinas possui detalhes em sua construção que lhe conferem um aspecto mais simples em relação à fachada do edifício principal. Uma das diferenças são os caixilhos das janelas em ferro e não em madeira. Ele é composto apenas por um pavimento, sendo a ventilação e luminosidade garantidas pelo pé direito alto e pelas janelas envidraçadas.



Figura 27: Visão da Fachada do edifício Principal, 17/09/2010.

Nesta imagem é possível visualizar todos os elementos que compõe o estilo arquitetônico eclético do projeto de Ramos de Azevedo. Os frisos horizontais, as colunas nas portas de entrada, a mão francesa decorada junto ao beiral, o porão que atua como nivelador da construção e o terreno e como facilitador da circulação de ar, que proporciona um ambiente com temperatura mais agradável, as janelas grandes e envidraçadas que facilitam a entrada de luz e ar e, acima de tudo, a monumentalidade do edifício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do Instituto Profissional Bento Quirino demonstra como a República trouxe novos conceitos para a educação. A universalização do ensino era um projeto da nova forma de governo e era tida como essencial para tirar o país do atraso que a monarquia deixou e ingressar na modernidade.

Com a industrialização veio necessidade de mão-de-obra especializada, e o ensino profissional passou a ser fundamental para a formação dos trabalhadores.

Uma das grandes transformações que a República trouxe para a educação foi a compreensão de que era necessário projetar e construir edifícios próprios e adaptados para o ensino.

Ramos de Azevedo foi um dos principais arquitetos de edifícios públicos escolares da Primeira República e seus projetos monumentais fixam o ideal da escola como templo do saber.

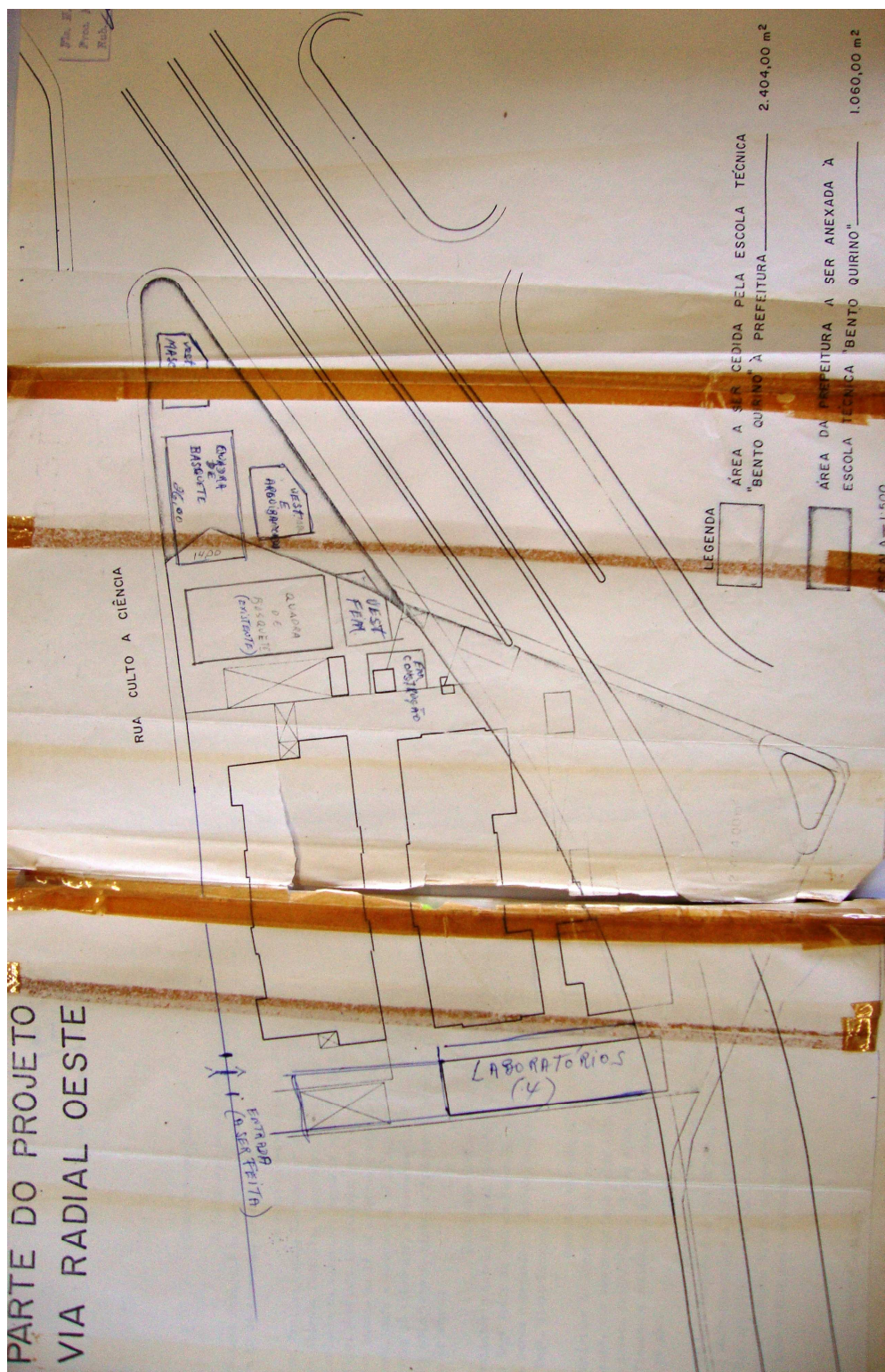
O ecletismo marcou os projetos do arquiteto e seus elementos (platibandas singelamente decoradas, vãos de arcos em portas, frisos horizontais, grandes salas, pé-direto alto, amplas janelas e portas e os porões) trouxeram a salubridade e adequação que um edifício escolar necessitava ter.

Segundo Wolff (2010), Ramos de Azevedo está inequivocadamente vinculado à gênese do pensamento da arquitetura escolar pública paulista. Seus projetos escolares demonstram como ele conhecia os panoramas arquitetônicos do exterior, até mesmo por ter se formado na Europa, e como buscava a racionalidade na distribuição dos espaços.

O Instituto Profissional Bento Quirino, fruto da doação de um cidadão que se preocupava como sua cidade, é um símbolo da nova mentalidade que a República trouxe: a busca da modernidade pela educação.

Este trabalho buscou também revigorar a consciência sobre a importância da conservação de monumentos e edifícios históricos. O edifício estudado faz parte da história de Campinas e várias figuras históricas estão a ele vinculadas, como: Ramos de Azevedo, José Paulo e Bento Quirino. A conservação e valorização de patrimônios históricos são etapas importantes do processo de valorização da memória, pois é estudando o passado que se compreende o presente.

ANEXOS



Anexo I: Planta do Projeto Via Radial Oeste
Fonte: SIARQ – UNICAMP. Processo 3176/1970

Nesta imagem vê-se no traçado à lápis a área que foi desapropriada para a construção de um viaduto.



Anexo III: Estátua de Bento Quirino.

Fonte: Centro de Memória Escola Técnica Bento Quirino.

Os anexos III e IV ilustram a antiga (Instituto Profissional Bento Quirino) e atual (Praça Bento Quirino) localização da estátua em homenagem à Bento Quirino.



Anexo IV: Estátua de Bento Quirino, 08/10/2010.

BIBLIOGRAFIA

- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. *Arquitetura e Espaço Escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)*. In: **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. v. 1. 287 p.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. v. 1.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino . *Arquitetura Escolar na Belle Époque: Jean Omer Marchand e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Montreal e São Paulo, 1894-1926)*. In: **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007, v. 1, p. 103-128.
- BRYAN, Rodrigo Martins. *Colégio Progresso Campineiro – a arquitetura e o tempo*. 2004. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria do Carmo Martins.
- BRYAN, Rodrigo Martins. *Ensaio Grupo escolar Orozimbo Maia - a arquitetura e o tempo*. 2004. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria do Carmo Martins.
- CAMPOS, Maria Christina S.S. *A associação fotográfica aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar*. In: **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. 2 ed., Textos, Série 2, n. 3, 1999.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff de, *A Arquitetura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo*. In: **Revista Cidade**. Ano 5, nº 5. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. 1998.
- CRUZ, Lucia Pedroso da. *Bento Quirino e COTUCA: os passos do ensino profissional em Campinas*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. Unicamp, 2008.

- FABRIS, Annateresa: A concepção ideológica de um monumento: a homenagem à Ramos de Azevedo. In: **Revista Cidade**. Ano 5, nº 5. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. 1998.
- FAERMAN, Marcos. A Força do Destino: histórias do arquiteto que nasceu para a glória. In: **Revista Cidade**. Ano 5, nº 5. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. 1998.
- GOMES, Rosângela. *Escolas Secundárias de Campinas (1890-1930): uma referência para a História das Disciplinas Escolares*. Dissertação para obtenção de bacharelado em História. Unicamp, 2004.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os Cantos e os Antros*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp (2008).
- LLAGOSTERA, Ana. *Monografia: normalização do documento eletrônico*. Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp, 2008.
- LEITE, Miriam L.M.; SIMSON, R.M. von. *Imagem é linguagem*. In: **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. 2 ed., Textos, Série 2, n. 3, 1999.
- LEMOS, Carlos. *Ecletismo em São Paulo*. In: FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel, 1987, p. 70-98.
- LEMOS, Carlos. *Ramos de Azevedo e seu Escritório*. São Paulo. Pini, 1993.
- MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de; GODOY, João Miguel Teixeira de (org). *Campinas: Visões de sua História*. Campinas, Átomo, 2006.
- MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *A Campinas na época de Ramos de Azevedo*. In: **Revista Saráo Memória e Vida Cultural de Campinas**. Vol. 1, nº 2. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2002.
- MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo: Presença e Atuação Profissional Campinas*. Campinas, 2009.

- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. *Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma História em Imagens (Álbum Fotográfico)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- NAGLE, Jorge . Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/MEC, 1976.
- PATETTA, Luciano. *Considerações sobre o Ecletismo na Europa*. In: FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel, 1987, p. 8-27.
- SOUZA, Rosa de Fátima. In: **Memórias da Educação: Campinas (1850-1960)** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- SOUZA, Rosa de Fátima. *Templos de Civilização – a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo, (1890-1910)*. São Paulo – SP. Unesp, 1998. 300 p.
- SOUZA, Rosa de Fátima. *Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933)*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999.
- VALLE, Lílían do. *Resenha: Educação e Sociedade na Primeira República*. Revista Brasileira da História da Educação, Rio de Janeiro, n. 2, p. 153-163julho/dezembro. 2001.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulista*. São Paulo: Edusp, 2010.

FONTES DIGITAIS

- <http://www.campinas.sp.gov.br/conheca-campinas/campinas.php> acessado em 19.08.2010
- http://www.fec.unicamp.br/~arquitetura/pesquisas/ramos/ramos_campinas.html acessado em 30.11.2009